



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Nova Friburgo - RJ

Processo Nº 21485/24
Rubrica Fls: 02

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: 641bc7f6-7620-46a6-9830-1814b9f3293f
Protocolo: Processo Requerimento Nº 021485/2024
Data: 07/08/2024 13:09:02
Origem: FLAGLER COMBUSTIVEIS S/A
*** contatos indisponíveis ***
Contato: FLAGLER COMBUSTIVEIS S/A
*** contatos indisponíveis ***
Protocolador: MATEUS DE CASTRO
Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO
Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 07/08/2024 13:09:13	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA FRIBURGO/RJ**

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL. PREGÃO
ELETRÔNICO N° 90.093/2024.**

FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob n° 10.775.497/0002-54, estabelecida e localizada na Rua Monroe, Vila Actura, Duque de Caxias/RJ, n° 515, sala 01 - Lote 01, CEP 25.225-040, por seu representante legal, que a esta subscreve, vem, por meio do presente, com fundamento nos itens 19.4 e 19.5 do Edital em referência e no artigo 164 da Lei n° 14.133/2021, apresentar

IMPUGNAÇÃO

ao Edital, pelas razões de fatos e de direito a seguir articuladas:

I. DOS MOTIVOS DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

1. Cuida-se de Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 90.093/2024, realizado pelo Município de Nova Friburgo para a contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis, para atender às necessidades das secretarias municipais, pelo período de 01 (um) ano.

2. A Impugnante, tendo interesse em participar do presente certame, verificou as condições para participação no pleito em tela e deparou-se com as exigências dos itens 19.4 e 19.5 do Edital:

19.4 - É obrigatório o registro em Conselho Regional de Química das empresas e suas filiais que tenham atividades relacionadas à Comércio Atacadista de Combustíveis e Lubrificantes; na forma da RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 122 de 09 de novembro de 1990, em seu artigo 1º.

19.5 - A contratada deverá comprovar que possui em seus quadros, profissional detentor(es) de Registro no Conselho Regional de Química (CRQ) com jurisdição sobre a área em estiver sediada ou domiciliada a licitante, o(s) qual(is) seja(m) Responsável(is) Técnico(s) do(s) estabelecimento(s) licitante dotado(s) de instalações para recebimento, armazenamento e fornecimento de combustíveis, conforme definido por Órgão Federal competente, para efeito desta licitação denominado "base de distribuição".

3. Observa-se que o edital em referência exige o registro das empresas e suas filiais que tenham atividades relacionadas à Comércio Atacadista de Combustíveis e Lubrificantes em Conselho Regional de Química (CRQ), bem como a comprovação de que possui em seus quadros profissional detentor de registro em Conselho Regional de Química (CRQ) com jurisdição sobre a área em que estiver sediada ou domiciliada a licitante, conforme itens 19.4 e 19.5 do Edital.

4. No entanto, a disposição acima atenta contra os princípios da *competitividade, da economicidade, da proporcionalidade e do interesse público*, pelas razões a seguir expostas, podendo, por esta razão, afastar interessados neste procedimento licitatório e consequentemente impedir que o Município de Nova Friburgo selecione e contrate a proposta mais vantajosa.

5. É com o objetivo de garantir a eficácia e legalidade do certame que a licitante propõe alterações do instrumento convocatório.

II. DA EXIGÊNCIA DE REGISTRO DE FILIAL E PROFISSIONAL EM CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - CRQ. DA UTILIZAÇÃO DA BASE DE EMPRESA TERCEIRA. OPERAÇÃO POR MEIO DE CONTRATO DE CESSÃO DE ESPAÇO.

6. Inicialmente, para fins de contextualização, salienta-se que a filial ora Impugnante opera no Estado do Rio de Janeiro com a utilização de tanques cedidos, por meio de Contrato de Cessão de Espaço, instrumento contratual que operacionaliza o ato de ceder espaço em tancagem de base individual ou compartilhada, na forma autorizada na Resolução ANP nº 960/2023.

7. Significa dizer que a ora Impugnante opera suas atividades utilizando-se de base de distribuição de outra empresa, também autorizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

8. A título de esclarecimento, a operação em base de distribuição pertencente a terceiros não é uma exceção restrita à Impugnante, posto que o contrato de cessão de espaço homologado pela ANP, no caso de distribuidora que não possua base própria, é um dos requisitos para a concessão da inscrição estadual pela SEFAZ/RJ, conforme previsto no artigo 5º, I, artigo 24, §1º, da Resolução SEFAZ nº 720/2014¹. Corrobora-se:

¹ Art. 5º São consideradas atividades sujeitas a controle diferenciado pela fiscalização: I - a fabricação, importação e distribuição de combustíveis líquidos, derivados ou não de petróleo, de nafta ou outro produto apto a produzir ou formular combustível, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Art. 24. Na hipótese de solicitação de inscrição para exercício das atividades sujeitas a controle diferenciado pela fiscalização previstas no art. 5º deste Anexo, serão exigidos os seguintes documentos: § 1º Na hipótese de exercício das atividades sujeitas a controle diferenciado pela fiscalização previstas nos incisos I a IV do art. 5º deste Anexo, serão exigidos adicionalmente os seguintes documentos: I - em relação à empresa: a) autorização para o exercício da atividade ou o certificado de cadastramento de fornecedor de combustível para fins automotivos, expedidos pela ANP, nos termos da legislação federal pertinente, observado o disposto no § 6º deste artigo; b) comprovação de propriedade da base de armazenamento e de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível e outros combustíveis automotivos, ou contrato de cessão ou de arrendamento de instalações de terceiros, nos termos exigidos pela legislação do órgão regulador federal - ANP, relativamente a cada uma das bases que serão utilizadas pelo contribuinte para o exercício de sua atividade neste Estado, exclusivamente no caso dos distribuidores de

9. Com se verifica, o contrato de cessão de espaço é um mecanismo contratual reconhecido e regulamentado pelas diversas agências reguladoras.

10. Em que pese a juridicidade da operação em base de terceiros, o edital exige, para fins de comprovação de capacidade técnica, a apresentação de registro em Conselho Regional de Química por parte da licitante e suas filiais, bem como comprovação de que possui em seus quadros, profissional detentor de registro em Conselho Regional de Química (CRQ), o que inviabiliza a participação de licitantes, tais como a ora impugnante, interessadas no certame.

11. Por tal motivo, considerando que a ora Impugnante opera regulamente por meio de contrato de cessão de espaço, ou seja, realiza a distribuição de combustíveis utilizando-se da base de propriedade de outra empresa, o presente edital deve ser ajustado para que passe a constar a possibilidade da apresentação de registro perante do CRQ em nome do titular da base onde encontram-se armazenados os combustíveis.

12. Noutras palavras, considerando que a FLAGLER opera regulamente, mediante autorização da ANP, utilizando-se de base de terceiro e, desse modo, **não possui laboratório ou profissionais de química no Estado do Rio de Janeiro**, incabível que seja obrigada a apresentar os documentos requeridos pelo edital em referência.

13. Por esse ângulo, salta aos olhos a existência de condição que acarreta a restrição da competitividade, notadamente relacionada as exigências previstas no edital.

combustíveis e dos transportadores revendedores retalhistas, observado o disposto no § 6º deste artigo;

14. Portanto, conclui-se que a licitação deve ser conduzida de modo a ampliar a participação do particular, oportunizando de forma igualitária que aqueles detentores de capacitação elementar à execução do objeto licitado, possam concorrer para a satisfação daquele interesse público.

III. DA EVIDENTE COLISÃO COM A APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 272/2012 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

15. De início, insta mencionar que o Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado nos termos da Súmula nº 272/2012 no sentido da vedação de inclusão de exigências de habilitação ou critérios de pontuação técnica que demandem gastos anteriores à celebração do contrato. Corrobora-se:

SÚMULA TCU Nº 272/2012: No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato (Brasil, TCU, 2012).

16. No caso em esteio, o que se denota é que a exigência contida nos itens 19.4 e 19.5 do edital em referência, no que diz respeito a comprovação de profissional inscrito no CRQ nos quadros da empresa implica em uma restrição na participação do certame, além de gerar um ônus desnecessário à empresa licitante.

17. Nesse sentido, sublinha-se a seguir julgados da Corte de Contas em casos semelhantes:

PEDIDO DE REEXAME EM REPRESENTAÇÃO DE LICITANTE. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA. CIÊNCIA DA IMPOSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA, DURANTE A FASE DE HABILITAÇÃO DO CERTAME, DE APRESENTAÇÃO DE VISTO JUNTO AO CREA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE OS SERVIÇOS SERÃO PRESTADOS. RESTRIÇÃO INDEVIDA DA COMPETITIVIDADE. CONHECIMENTO. PROVIMENTO PARCIAL.

(TCU - RP: 57812020, Relator: VITAL DO RÊGO, Data de Julgamento: 19/05/2020)

PREGÃO ELETRÔNICO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE FROTA E LAVAGEM DE VEÍCULOS POR MEIO DE DISPOSITIVO ELETRÔNICO DE CAPTURA DE DADOS OU CARTÃO MAGNÉTICO. EXIGÊNCIA DE REDE CREDENCIADA NO MOMENTO DA HABILITAÇÃO, COMO PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EXIGÊNCIA EM COLISÃO COM A SÚMULA 272/TCU E PRECEDENTES JULGADOS DESTE TRIBUNAL. ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR SUSPENSIVA DO CERTAME. OITIVA. 1. Consoante enunciado constante da Súmula 272 da jurisprudência deste Tribunal "no edital de licitação é vedada a inclusão de exigências de habilitação e quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato". 2. Já decidiu este Tribunal, em

precedentes julgados, que a exigência de apresentação de rede credenciada, em serviços similares ao ora examinado nesta representação, deve ser efetuada no momento da contratação e não na ocasião da apresentação de proposta, de forma a garantir a adequada prestação dos serviços, sem comprometer a competitividade do certame. 3. Adota-se medida cautelar suspensiva do certame, sem prévia oitiva da parte, em face de violação, pela exigência editalícia, de disposição legal, e em clara afronta ao entendimento jurisprudencial desta Corte de Contas sobre a matéria.

(TCU - RP: 02420720187, Relator: AUGUSTO SHERMAN, Data de Julgamento: 08/08/2018, Plenário)

18. Como visto, os itens 19.4 e 19.5 do Edital devem ser alterados, incluindo a possibilidade de apresentação de documentos habilitatórios em nome da empresa cedente em contratos de cessão de espaço, de modo a conferir competitividade ao certame e ampla participação de empresas que não estejam operando em bases próprias, tal como permitido e autorizado pela ANP.

IV. DA RESTRIÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. DA FINALIDADE DA LICITAÇÃO. DA RAZOABILIDADE. DA ISONOMIA

19. Analisado o referido Edital, identificou-se o estabelecimento de condições editalícias descabidas que acarretam restrição da competitividade do certame, e que não se coadunam com o melhor interesse público que

deve nortear os atos da administração.

20. Os itens 19.4 e 19.5 do edital exigem a comprovação de registro da empresa licitante e suas filiais em Conselho Regional de Química (CRQ), bem como a comprovação de que possua em seus quadros profissional detentor de registro no Conselho Regional de Química (CRQ), mesmo para as licitantes que não utilizem base própria em suas operações, requisitos de habilitação que restringem a disputa e reduzem a possibilidade de o Município selecionar a proposta mais vantajosa.

21. A aplicação dos princípios da competitividade, da economicidade, da proporcionalidade, do interesse público, conduz a uma solução que amplia a disputa, aumenta o número e qualidade das propostas e, consequentemente, favorece a realização da finalidade da licitação - na seleção da proposta mais vantajosa e na celebração do contrato que melhor atende ao interesse público.

22. Nesse viés, o artigo 5º da Lei nº 14.133/21 estabelece a obrigatoriedade de atendimento, dentre outros, ao princípio da competitividade. Do mesmo modo, o artigo 11, incisos I e II da referida lei prevê que o processo licitatório tem por objetivos, respectivamente, *"assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública"* e *"assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição."*

23. Para além disso, rememora-se que, na forma do artigo 9º, inciso I, alínea "a,", da Lei nº 14.133/21, *"é vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos (...) admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que: (...) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório."*

24. Resta claro que os dispositivos legais

colacionados têm por finalidade impedir que seja frustrado o caráter competitivo da licitação.

25. Conforme se extrai da lição de ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO, exigências além daquelas obrigatórias em todas as licitações somente podem ser admitidas como meio adequado a obtenção de um bom contrato, desde que seja um meio menos restritivo da competitividade, vejamos:

O Princípio da Competitividade não está expresso no art. 3º da Lei nº 8.666/93, mas é da própria índole da licitação. Extraído de todos os demais princípios e de dispositivos como os arts. 3º e 90 da Lei nº 8.666, veda favorecimentos ou discriminações sem pertinência com o atendimento do interesse visado com o contrato que está sendo licitado, constituindo expressão do princípio da proporcionalidade nas licitações: por exemplo, toda exigência de habilitação, além daquelas obrigatórias em todas as licitações ou o maior detalhamento técnico dos objetos a serem adquiridos, só podem ser admitidos quando, entre os meios adequados para se obter um bom contrato, forem os meios menos restritivos da competitividade.²

26. Desse modo, observa-se que ao exigir o registro no CRQ, o Município extrapola a razoabilidade, e não atende o interesse maior da Administração Pública, qual seja, o de contratar o menor preço, dentro de

² ARAGÃO, Alexandre Santos. Curso de direito administrativo - Rio de Janeiro: Forense, 2012. P. 293

padrões e condições que satisfaçam critérios amparados pela Lei.

27. Nesta mesma esteira, ensina-nos o Administrativista Hely Lopes Meirelles em sua obra "Direito Administrativo" (Ed. Malheiros, 26ª edição, 2000, págs. 86 e 87) sobre o princípio administrativo da razoabilidade:

Razoabilidade e proporcionalidade: sem dúvida, pode ser chamado de princípio da proibição do excesso que, em última análise, objetiva aferir a compatibilidade entre os meios e os fins, de modo a evitar restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública, com lesão aos direitos fundamentais... não pode ser lançada como instrumento de substituição da vontade da lei pela vontade do julgador ou intérprete.

28. Nesse viés, rememora-se que o princípio da isonomia e a licitação são indissociáveis. O princípio consubstancia a própria razão de ser do procedimento licitatório: realiza-se a licitação, entre outras razões, para garantir que todos os interessados possam competir entre si com iguais possibilidades.

29. Nesse sentido, a obrigatoriedade imposta nos itens 19.5 e 19.4 do edital, além de afastar outros potenciais licitantes favorecem de forma injustificada os licitantes que operem em bases próprias, é claramente um desrespeito com os demais licitantes que empregam esforços para participarem em iguais condições.

30. Dessa forma, os itens 19.4 e 19.5 devem ser ajustados para possibilitar a participação de

distribuidoras que operam em bases de terceiros, visto que a obrigatoriedade de inscrição no CRQ e a comprovação da existência de profissional inscrito no CRQ em seus quadros são obrigatórios apenas para as empresas que operem em bases próprias, pelo que tais exigências acabam por limitar o acesso a licitação, restringindo assim a competitividade.

IV. DO PEDIDO

31. Ante o exposto, a fim de garantir o caráter equânime e competitivo da licitação, a aplicação dos princípios da legalidade e da justa competição, bem como evitar restrições à participação de potenciais fornecedores, requer a alteração dos itens 19.5 e 19.4 do Edital para que seja incluída a possibilitada a apresentação de documentos de qualificação (Registro da empresa licitante e suas filiais em Conselho Regional de Química - CRQ, bem como a comprovação de que possua em seus quadros profissional detentor de registro no Conselho Regional de Química - CRQ) em nome da empresa cedente, nos casos em que a licitante opere mediante Contratos de Cessão de Espaço homologados pela ANP.

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2024.

DENISE APARECIDA
CAMPOS
PASSOS:26003146877

Assinado de forma digital por
DENISE APARECIDA CAMPOS
PASSOS:26003146877
Dados: 2024.08.07 11:01:16 -03'00'

FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A

DENISE AP. CAMPOS PASSOS

COORDENADORA DE LICITACOES / PROCURADORA

Processo Nº	24485/24
Rubrica	Fls: 14

RIO VERMELHO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S.A.

CNPJ/MF nº 10.775.497/0001-73

NIRE 52300040949

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2021

1. **Data, Hora e Local:** Ao 1º dia do mês de setembro de 2021, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Senador Canedo, estado de Goiás, na Avenida Tropical, Lotes 5 e 6A, sala 15, Distrito Industrial Brasil Central, CEP 75250-005.
2. **Presença:** Presente a acionista representando a totalidade do capital social da Companhia.
3. **Mesa:** Antônio Eduardo Filippone de Seixas, presidente; Frank Meira Juviniiano, secretário.
4. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia em razão da presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme disposto no parágrafo 4º, do artigo 124 da Lei nº 6.404/76.
5. **Ordem do Dia:** (i) abertura de filial na cidade de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro; (ii) alteração do Estatuto Social da Companhia a fim de consignar que seu estabelecimento matriz passará a ser meramente administrativo; e (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia ("Anexo I").
6. **Deliberações:** Após exame e discussão, a acionista representando a totalidade do capital social da Companhia aprovou, sem ressalvas:

Processo Nº	214 25/24
Rubrica	HA
Fls.	15

6.1. a abertura de filial da Companhia na cidade de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro, à rua Monroe, 515, Lote 1, sala 01, Vila Actura, CEP 25.225-040.

6.2. a alteração dos artigos 2º e 3º do Estatuto Social, a fim de consignar expressamente a filial ora aberta e que o estabelecimento matriz, a partir desta data, passa a funcionar meramente como escritório administrativo, passando referidos artigos a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 2º - A Companhia tem por objeto social a exploração no ramo de distribuição, os derivados de petróleo e seus correlatos, álcool e outros combustíveis, produtos comercializados em posto de serviços e de insumos relacionados com a indústria do petróleo, sendo que sua sede funcionará como estabelecimento meramente administrativo."

"ARTIGO 3º - A Companhia tem sua sede e foro na cidade de Senador Canedo, estado de Goiás, na avenida Tropical, Lotes 5 e 6A, sala 15, Distrito Industrial Brasil Central, CEP 75250-005, estabelecimento este meramente administrativo."

§1º - A Companhia possui uma filial na cidade de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro, à rua Monroe, 515, Lote 1, sala 01, Vila Actura, CEP 25.225-040, onde desempenhará atividades operacionais."

§2º - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, criar, extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior."

Processo N.º	2485/24
Rubrica	AS
Fis.	26

6.3. a consolidação do estatuto social da Companhia, que passará a ter a redação constante no Anexo I da presente ata.

7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, que foi aprovada pela acionista representante da totalidade do capital social da Companhia.

8. **Assinaturas:** Antônio Eduardo Filippone de Seixas, presidente da mesa; Frank Meira Juviniiano, secretário da mesa; e Tinis SP Participações S.A., acionista presente.

Certifica-se que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Senador Canedo, 1º de setembro de 2021.

Mesa:

Antônio Eduardo Filippone de
Seixas
Presidente

Frank Meira Juviniiano
Secretário

Processo N°	21485/24
Rubrica	DL
Fls.	17

ANEXO I**ESTATUTO SOCIAL****RIO VERMELHO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A****CAPÍTULO I****DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO E OBJETO.**

ARTIGO 1º - **RIO VERMELHO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A**, é uma sociedade anônima por ações, que reger-se-á pelas leis e usos do comércio, por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

ARTIGO 2º - A Companhia tem por objeto social a exploração no ramo de distribuição, os derivados de petróleo e seus correlatos, álcool e outros combustíveis, produtos comercializados em posto de serviços e de insumos relacionados com a indústria do petróleo, sendo que sua sede funcionará como estabelecimento meramente administrativo.

ARTIGO 3º - A Companhia tem sua sede e foro na cidade de Senador Canedo, estado de Goiás, na avenida Tropical, Lotes 5 e 6A, sala 15, Distrito Industrial Brasil Central, CEP 75250-005, estabelecimento este meramente administrativo.

§1º - A Companhia possui uma filial na cidade de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro, à rua Monroe, 515, Lote 1, sala 01, Vila Actura, CEP 25.225-040, onde desempenhará atividades operacionais.

Processo Nº	214.851/2011
Rubrica	811
Fls.	18

§2º - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, criar, extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

ARTIGO 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 01/03/2009.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), totalmente integralizado, dividido em 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil ações) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

§1º - Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto a instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da lei 6.404/76.

§2º - A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais.

§3º - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações é também expressamente

Processo Nº	21435/24
Rubrica	dx
Fls:	19

proibido, exceto se previamente aprovado em Assembleia Geral, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias.

§4º - Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em assembleia geral, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias.

§5º - A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando das ações de cada espécie ou classe de ações.

§6º - A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações.

ARTIGO 6º - Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelas.

Processo Nº	24.85/24
Rubrica	Fls: 20

§ Único - Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos.

ARTIGO 7º - O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76.

ARTIGO 8º - A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 9º - A companhia será administrada por uma Diretoria composta por dois ou mais Diretores, sendo um Presidente e os demais Diretores sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto.

§1º - O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos.

Processo Nº	214 85/24
Rubrica	Fls: 51

§2° - A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades.

§3° - Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no §2° do artigo 5° deste Estatuto.

§4° - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por mandatários da companhia que vierem a constituir, onde serão especificados nos atos ou operações o que poderão praticar, e a duração do mandato, sendo no caso de mandato judicial, poderá esse ser por prazo indeterminado.

§5° - Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remunerada.

§6° - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

ARTIGO 10° - A Diretoria, representada pelo Diretor Presidente, terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observando o disposto neste Estatuto, e o Diretor sem designação específica, na ausência do Diretor Presidente, passará a ter as mesmas atribuições.

Processo Nº:	2485/24
Rubrica	Fls. 22

§1º - Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral, e;
- d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixar em Assembleia Geral, se for o caso.

§2º - A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Presidente, com antecedência mínima de 3 (três) dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores.

§3º - A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 (dois) Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia.

§4º - As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião.

Processo Nº	21485/24
Rubrica	<i>[assinatura]</i> Fls: 23

§5° - As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio.

ARTIGO 11° - Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto.

ARTIGO 12° - A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado por 2 (dois) Diretores, conjuntamente, ou por 1 (um) Diretor e 1 (um) mandatário ou, ainda, por 1 (um) mandatário, constituído especialmente para tal, observado quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1° deste artigo.

§1° - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados por 2 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração limitado a um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado.

§2° - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o Caput deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria.

Processo N.º	21485/24
Rubrica	Fls: 24

CAPÍTULO IV

ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 13º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

§1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 (dois) Diretores e será presidida por qualquer um dos presentes, que designará um ou mais secretários.

§2º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

§3º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato serem depositados na sede social com 03 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral.

CAPÍTULO V

CONSELHO FISCAL

ARTIGO 14º - O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros

Processo Nº:	2485/24
Rubrica	AA
Fls:	25

efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento.

§1º - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

§2º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio.

CAPÍTULO VI

EXERCICIO SOCIAL E LUCROS

ARTIGO 15º - O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício.

ARTIGO 16º - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

§1º - Atribuir-se-á à Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do Capital Social subscrito,

Processo Nº:	21425/24
Rubrica:	Fls: 26

importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da lei n.º 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos.

§2º - O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

ARTIGO 17º - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

ARTIGO 18º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei.

§1º - Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que se refere o § 1º do artigo 16.

Processo Nº	21485/24
Rubrica	AA
Fls.	27

§2º - Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social.

§3º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

CAPÍTULO VII

LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 19º - A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei.

§1º - À Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração.

§2º - A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação.

Mesa :

Antônio Eduardo Filippone
de Seixas
Presidente da mesa

Frank Meira Juviniiano
Secretário da mesa



Processo Nº	21985/24
Rubrica	<i>[assinatura]</i>
Fls.	28

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa RIO VERMELHO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
01830045741	ANTONIO EDUARDO FILIPPONE DE SEIXAS
05501537800	FRANK MEIRA JUVINIANO



CERTIFICO O REGISTRO EM 29/10/2021 15:02 SOB Nº 20216531527.
PROTOCOLO: 216531527 DE 17/09/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12108029679. CNPJ DA SEDE: 10775497000173.
NIRE: 52300040949. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 01/09/2021.
RIO VERMELHO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

RIO VERMELHO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A

CNPJ/MF nº 10.775.497/0001-73

NIRE 52300040949

Processo Nº:	214 85/24
Rubrica	Fls: 29

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL PARA A ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL, RENÚNCIA DO DIRETOR PRESIDENTE E ELEIÇÃO DA DIRETORIA, REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2021

1. **Data, Hora e Local:** 16 de novembro de 2021, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, localizada cidade de Senador Canedo, estado de Goiás, na Avenida Tropical, s/n, lotes 5 e 6A, sala 15, Distrito Industrial Brasil Central, CEP 75251.722.
2. **Presença:** Presente a acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, TINIS SP PARTICIPAÇÕES S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.719.524/0001-19 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 35300513754 em 24/01/2018, com sede à Avenida Marquês de São Vicente, 446, Sala 1210, Parte, CEP: 01.139-000, Várzea da Barra Funda, em São Paulo/SP, neste ato representada por seu procurador Sr. ANDERSON BERTONI, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 32.754.730-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 224.742.478-31, com endereço comercial em São Paulo/SP, na Alameda Santos, 1940, 13º andar, conjunto 131, Cerqueira Cesar CEP: 01418-102.
3. **Mesa:** Sr. Frank Meira Juviniiano, presidente; Sr. Antônio Eduardo Filippone de Seixas, secretário.
4. **Convocação e Publicação:** Dispensada a publicação da convocação prévia em razão da presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme disposto no parágrafo 4º, do artigo 124 da Lei nº 6.404/76.
5. **Ordem do dia:** (i) alteração da razão social da Companhia para FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A; (ii) renúncia do Sr. Antônio do cargo de Diretor Presidente; (iii) eleição dos membros da Diretoria; (iv) fixação da remuneração anual global dos diretores; e (v) aprovação do novo estatuto social da Companhia que passa a fazer parte do presente instrumento como Anexo I.

6. **Deliberações:** Após exame e discussão, a acionista representando a totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem ressalvas:

6.1. Alteração da razão social da Companhia que passará a ser **FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A;**

6.2. Renúncia do Sr. Antônio do cargo de Diretor Presidente da Companhia. Desta forma, a Companhia e o Sr. Antônio, outorgam-se a mais plena, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada reclamar a qualquer tempo com relação ao período em que permaneceu como administrador da Companhia;

6.3. Eleger para os cargos de diretores da Companhia: **(i) FRANK MEIRA JUVINIANO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n° 10.123.312-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n° 055.015.378-00, residente e domiciliado na cidade e estado de São Paulo, na Rua Pelotas, n° 255, apto 144, Vila Mariana, CEP 04.012-000, para o cargo de Diretor Presidente; e **(ii) SIDNEY RAFAEL WERDESHEIM**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG n° 6438401 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n° 077.543.098-66, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Pelotas, n° 255, apto 164, Vila Mariana, CEP 04.012-000, para o cargo Diretor Sem Designação Específica. Os diretores ora eleitos, estando presentes, tomam posse dos seus cargos mediante assinatura dos termos de posse anexos, os quais passam a fazer parte do presente instrumento como Anexo II. Os diretores ora empossados permanecerão em seus cargos pelo prazo de 02 (dois) anos ou até que sejam substituídos;

6.4. Foi fixada a remuneração anual global dos administradores, incluindo benefícios de qualquer natureza e verba de representação, no montante de R\$ 24.362,00, nos termos do artigo 152 da Lei n° 6.404/76; e

6.5. Aprovar o novo estatuto social, que passará a reger a Companhia a partir da presente data e constitui o Anexo I à ata a que se refere esta Assembleia.

7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º da Lei 6.404/76, que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes.

8. **Assinaturas:** Mesa e Diretores: Frank Meira Juvinião, presidente, Antônio Eduardo Filippone de Seixas, secretário. Acionista Presente: TINIS SP PARTICIPAÇÕES S/A.

Certifica-se que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Senador Canedo, 16 de novembro de 2021.

Mesa:

Frank Meira Juvinião
Presidente

Antônio Eduardo Filippone
de Seixas
Secretario

ANEXO I

Processo Nº	21485/24
Rubrica	Fls: 32

ESTATUTO SOCIAL

FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO E OBJETO.

ARTIGO 1º - **FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A**, é uma sociedade anônima por ações, que reger-se-á pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social ("Estatuto Social") e pelas disposições legais aplicáveis.

ARTIGO 2º - A Companhia tem por objeto social a exploração no ramo de distribuição, os derivados de petróleo e seus correlatos, álcool e outros combustíveis, produtos comercializados em posto de serviços e de insumos relacionados com a indústria do petróleo.

ARTIGO 3º- A Companhia tem sede e foro na cidade de Senador Canedo, estado de Goiás, podendo por deliberação da diretoria, criar, extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Parágrafo Único - A empresa possui uma filial na cidade de Duque de Caxias no estado do Rio de Janeiro, situada à Rua Monroe, 515, Lote 1, Vila Actura, CEP 25.225-040, CNPJ nº 10.775.497/0002-54 e NIRE nº 33901596229.

ARTIGO 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 01/03/2009.

Processo Nº	21485/24
Rubrica	HA
Fls:	33

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), totalmente integralizado, dividido em 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil ações) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

§1º - Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto a instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da lei 6.404/76.

§2º - A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais.

§3º - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Geral, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias.

§4º - Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente

aprovada em assembleia geral, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias.

Processo Nº	21485/24
Rubrica	Fls. 34

§5º - A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando das ações de cada espécie ou classe de ações.

§6º - A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações.

ARTIGO 6º - Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelas.

Parágrafo Único - Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos.

ARTIGO 7º- O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº

9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76.

Processo Nº	21485/21
Rubrica	Fls. 35

ARTIGO 8º - A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 9º - A companhia será administrada por uma Diretoria composta por dois ou mais Diretores, sendo um Presidente e os demais Diretores sem designação específica, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto.

§1º - O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos.

§2º - A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades.

§3º - Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no §2º do artigo 5º deste Estatuto Social.

§4º - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por mandatários da companhia que

vierem a constituir, onde serão especificados nos atos ou operações o que poderão praticar, e a duração do mandato, sendo no caso de mandato judicial, poderá esse ser por prazo indeterminado.

§5 ° - Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remunerada.

§6 ° - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

ARTIGO 10° - A Diretoria, representada pelo Diretor Presidente, terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observando o disposto neste Estatuto Social, e o Diretor sem designação específica, na ausência do Diretor Presidente, passará a ter as mesmas atribuições.

§1° - Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto Social, compete à Diretoria, reunida em colegiado:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral, e;

d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixar em Assembleia Geral, se for o caso.

Processo Nº	21485/2A
Rubrica	HA Fls: 37

§2° - A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Presidente, com antecedência mínima de 3 (três) dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores.

§3° - A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 (dois) Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia.

§4° - As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião.

§5° - As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio.

ARTIGO 11 - Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto.

ARTIGO 12 - A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado por 2 (dois) Diretores, conjuntamente, ou por 1 (um) Diretor e 1 (um)

mandatário ou, ainda, por 1(um) mandatário, constituído especialmente para tal, observado quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste artigo.

Processo Nº:	11485/24
Rubrica	Fls: 38

§1º- Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados por 2 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração limitado a um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado.

§2º - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o Caput deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria.

CAPÍTULO IV

ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 13 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

§1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 (dois) Diretores e será presidida por qualquer um dos presentes, que designará um ou mais secretários.

§2º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

§3º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato serem depositados na sede social com 03 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral.

Processo N°	21485/24
Rubrica	HA
Fls.	39

CAPÍTULO V

CONSELHO FISCAL

ARTIGO 14 - O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento.

§1º - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

§2º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio.

CAPÍTULO VI

EXERCICIO SOCIAL E LUCROS

ARTIGO 15 - O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício.

ARTIGO 16 - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

§1º - Atribuir-se-á à Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da lei n.º 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos.

§2º - O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

ARTIGO 17 - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

ARTIGO 18 - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por

conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei.

Processo Nº	2485/24
Rubrica	41

§1º - Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que se refere o § 1º do artigo 16.

§2º - Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social.

§3º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

CAPÍTULO VII

LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 19 - A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei.

§1º - À Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração.

§2º - A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação.

Tinis SP Participações S/A

Acionista

Processo N°	21485/24
Rubrica	42

Frank Meira Juvinião
Presidente

Antônio Eduardo Filippone
de Seixas
Secretario

FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A

CNPJ/MF nº 10.775.497/0001-73

NIRE 52300040949

Processo Nº	214 85/21
Rubrica	Fls: 43

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL PARA A ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL, RENÚNCIA DO DIRETOR PRESIDENTE E ELEIÇÃO DA DIRETORIA, REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2021

TERMO DE POSSE

Neste ato, o Sr. **Frank Meira Juviniiano**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.123.312-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 055.015.378-00, residente e domiciliado na cidade e estado de São Paulo, na Rua Pelotas, ° 255, apto 144, Vila Mariana, CEP 04.012-000, eleito para o cargo de Diretor Presidente, declara que: **(i)** está apto a exercer o cargo, **(ii)** não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; **(iii)** não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta; **(iv)** atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e **(v)** não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3 do art. 147 da Lei nº 6.404/76, e toma posse do referido cargo, ficando investido de todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos pelas leis e pelo Estatuto Social da Companhia.

Senador Canedo, 16 de novembro de 2021.

Frank Meira Juviniiano
Diretor Presidente

FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A

CNPJ/MF nº 10.775.497/0001-73

NIRE 52300040949

Processo Nº:	21485/24
Rubrica:	AA
Fls:	44

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL PARA A ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL, RENÚNCIA
DO DIRETOR PRESIDENTE E ELEIÇÃO DA DIRETORIA, REALIZADA EM 16 DE
NOVEMBRO DE 2021

TERMO DE POSSE

Neste ato, o Sr. **Sidney Rafael Werdesheim**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 6438401 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 077.543.098-66, residente e domiciliado na cidade e estado de São Paulo, na Rua Pelotas, nº 255, apto 164, Vila Mariana, CEP 04.012-000, eleito para o cargo de Diretor Sem Designação Específica, declara que: **(i)** está apto a exercer o cargo, **(ii)** não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; **(iii)** não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta; **(iv)** atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e **(v)** não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3 do art. 147 da Lei nº 6.404/76, e toma posse do referido cargo, ficando investido de todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos pelas leis e pelo Estatuto Social da Companhia.

Senador Canedo, 16 de novembro de 2021

Sidney Rafael Werdesheim

Diretor Sem Designação Específica



Processo Nº	21485/24
Rubrica	
Fls.	45

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa FLAGLER COMBUSTIVEIS S/A consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)

CPF/CNPJ	Nome
01830045741	ANTONIO EDUARDO FILIPPONE DE SEIXAS
05501537800	FRANK MEIRA JUVINIANO
07754309866	SIDNEY RAFAEL WERDESHEIM



CERTIFICO O REGISTRO EM 22/11/2021 11:50 SOB Nº 20216865948.
PROTOCOLO: 216865948 DE 17/11/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12108510938. CNPJ DA SEDE: 10775497000173.
NIRE: 52300040949. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 16/11/2021.
FLAGLER COMBUSTIVEIS S/A

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL

www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Processo Nº	21485/24
Rubrica	46
Fls.	46

FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A
CNPJ/MF nº 10.775.497/0001-73
NIRE: 52300040949

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE JANEIRO DE 2022.

1. **Data, Hora e Local:** 02 de janeiro de 2022, às 17:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Senador Canedo, no estado de Goiás, à Avenida Tropical, s/n - Lotes 5 e 6A - Sala 15, Distrito Industrial do Brasil Central, CEP 75.250-005.
2. **Presença:** Presente a acionista representando a totalidade do capital social da Companhia.
3. **Mesa:** Sr. Frank Meira Juviniiano, presidente; e Sr. Sidney Rafael Werdesheim, secretário.
4. **Convocação e Publicação:** Dispensa a convocação prévia em razão da presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme disposto no parágrafo 4º, do artigo 124 da Lei nº 6.404/76.
5. **Ordem do Dia:** Ordem do dia: (i) renúncia do Sr. Frank Meira Juviniiano ao cargo de diretor presidente; (ii) eleição do Sr. Célio Sales Dias ao cargo de diretor presidente; e (iii) ratificação da remuneração global da diretoria, tratada na Assembleia Geral Extraordinária de 16.11.2021, registrada em 22.11.2021, sob o n. 20216865948.
6. **Deliberações:** Após o exame e discussão, a acionista representando a totalidade do capital social da companhia aprovou, sem ressalvas:
 - 6.1. Consignar a renúncia do Frank Meira Juviniiano, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.123.312-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 055.015.378-

Processo Nº: 21485/24
Rubrica: <i>[assinatura]</i> Fls: 47

00, residente e domiciliado na cidade e estado de São Paulo, na Rua Pelotas, nº 255, apto 144, Vila Mariana, CEP 04.012-000, ao cargo de diretor presidente, conforme comunicação recebida nesta data, a qual permanecerá arquivada na sede da Companhia.

6.2. Em substituição, eleger o Sr. CÉLIO SALES DIAS, brasileiro, contador, divorciado, portador do RG nº 32490067 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 221.386.668-67, residente e domiciliado na cidade e estado de São Paulo, à rua Benvenuto di Giovanni, 331, CEP 05551-000, para o cargo de Diretor Presidente, pelo prazo de 02 (dois) anos ou até que seja substituído.

6.3. Ratificar a já fixada remuneração anual global dos administradores, incluindo benefícios de qualquer natureza e verba de representação, no montante de R\$ 24.362,00, conforme Assembleia Geral Extraordinária de 16.11.2021, registrada em 22.11.2021, sob o n. 20216865948.

7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada na forma de sumário, nos termos do artigo 130 §1º da Lei nº 6.404/76, e depois de lida e aprovada foi assinada pelos membros da mesa e acionista presente.

8. Assinaturas: Mesa: Frank Meira Juviniiano, presidente; e Sidney Rafael Werdesheim, secretário. Acionista Presente: Tinis SP Participações S/A.

Certifica-se que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Senador Canedo, 02 de janeiro de 2022.

Frank Meira Juviniiano
Presidente da Mesa

Sidney Rafael Werdesheim
Secretário da Mesa

Processo N°	21485/24
Rubrica	AA
Fls:	48

FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A
CNPJ/MF nº 10.775.497/0001-73
NIRE: 52300040949

TERMO DE POSSE

Aos 02 de janeiro de 2022, às 17:00, comparece à sede social da **FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A.**, sociedade anônima com sede na cidade de Senador Canedo, no estado de Goiás, à Avenida Tropical, s/n - Lotes 5 e 6A - Sala 15, Distrito Industrial do Brasil Central, CEP 75.250-005 ("Companhia"), o Sr. **CÉLIO SALES DIAS**, brasileiro, contador, divorciado, portador do RG nº 32490067 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 221.386.668-67, residente e domiciliado na cidade e estado de São Paulo, à rua Benvenuto di Giovanni, 331, CEP 05551-000 eleito pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada na presente data, para o cargo de **Diretor Presidente**, com mandato de 02 anos, o qual é, mediante assinatura do presente Termo de Posse e na forma do disposto no Artigo 149 da Lei nº 6.404/76, investido no cargo para o qual foi eleito, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos na forma da lei e do Estatuto Social, declarando, ainda, que: **(i)** não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei no 6.404/76; **(ii)** não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do art. 147 da Lei no 6.404/76; **(iii)** atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei no 6.404/76; e **(iv)** não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei no 6.404/76.

Senador Canedo, 02 de janeiro de 2022.

CÉLIO SALES DIAS
Diretor Presidente

Processo N.º	2485/24
Rubrica	Fls. 49

Senador Canedo, 02 de janeiro de 2022.

FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A., sediada na cidade de Senador Canedo, no estado de Goiás, à Avenida Tropical, s/n - Lotes 5 e 6A - Sala 15, Distrito Industrial do Brasil Central, CEP 75.250-005

Ref.: Renúncia ao cargo de Diretor Presidente

Prezados Senhores,

Eu, Frank Meira Juviniiano, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.123.312-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 055.015.378-00, residente e domiciliado na cidade e estado de São Paulo, na Rua Pelotas, nº 255, apto 144, Vila Mariana, CEP 04.012-000, venho, através da presente, apresentar minha renúncia ao cargo de Diretor Presidente da **FLAGLER COMBUSTÍVEIS S.A.** ("Companhia").

Em razão da presente renúncia, eu, Frank Meira Juviniiano, outorgo à Companhia a mais ampla, geral e irrestrita quitação, em caráter irrevogável e irretratável, em relação às atividades desenvolvidas como Diretor Presidente da Companhia.

Atenciosamente,

Frank Meira Juviniiano



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

Processo N° 21425/24
Rubrica HA Fls. 50
Valeria emenda HA

Processo N° 21425/24
Rubrica HA Fls. 50

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa FLAGLER COMBUSTIVEIS S/A consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
05501537800	FRANK MEIRA JUVINIANO
07754309866	SIDNEY RAFAEL WERDESHEIM
22138666867	CELIO SALES DIAS



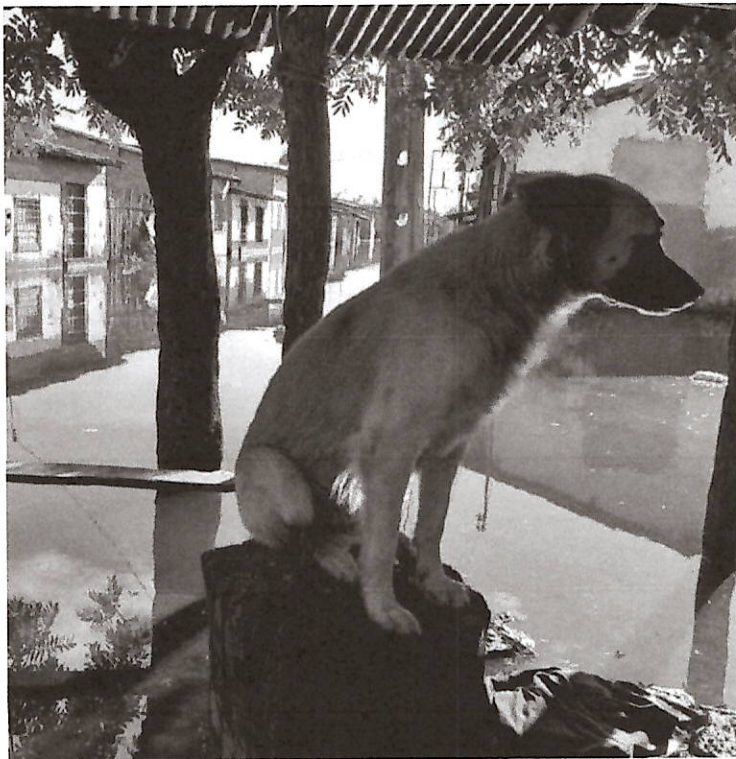
CERTIFICO O REGISTRO EM 17/01/2022 19:37 SOB N° 20220050155.
PROTOCOLO: 220050155 DE 12/01/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12200536717. CNPJ DA SEDE: 10775497000173.
NIRE: 52300040949. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 02/01/2022.
FLAGLER COMBUSTIVEIS S/A

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL

www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Rompimento de barragem casas e deixa 32 desalojados



Municípios de Farias de Brito e Severino têm represas rompidas

AGÊNCIA BRASIL

O rompimento de uma barragem particular, causado pelas fortes chuvas que elevaram o nível do Rio Cariús, no sul do Ceará, deixou 23 casas e uma escola inundadas, informou, nesta segunda-feira (10), a Defesa Civil do estado. Há 32 pessoas desalojadas, das quais 17 estão em uma escola municipal e 15 em uma casa cedida por um dos moradores do município de Farias de Brito.

Em nota, a prefeitura informou que já estão em andamento ações emergenciais como suspensão das aulas, disponibilização de aluguel social e alojamento, dependendo do grau de perdas ocasionadas pela enchente, além de um mutirão de limpeza em locais onde se concentraram volumes de terra e objetos carregados pela água, para garantir a desobstrução das vias e o retorno à normalidade.

A prefeitura disponibilizou

Severino, no município de Itapipoca, a 147 quilômetros de Fortaleza. Até o momento, 12 casas sofreram alagamentos e 34 pessoas tiveram, que deixar suas casas e procurar abrigo em local seguro ou em casas de parentes e amigos.

“As defesas civis de Itapipoca e Uruburetama e o proprietário das barragens continuam monitorando [a situação] e, caso haja necessidade, será aberto um vertedouro para auxiliar o escoamento de modo controlado”, acrescentou o órgão.

Segundo boletim divulgado no último dia 7 pela Defesa Civil do Ceará, 19 municípios decretaram situação de emergência por causa das chuvas e havia cerca de 3 mil pessoas desabrigadas ou desalojadas.

De acordo com a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos, dentre os 157 açudes monitorados, 58 já sangraram este ano. Nesta segunda-feira (10), simultaneamente 57 açudes encontram-se sangrando.

Aviso meteorológico

Conforme previsão da Fundação Cearense de Meteorologia

Rio Vermelho Distribuidora

CNPJ/MF nº 10.775.497/0001-73 - NIR

Ata de Assembleia Geral Extraordinária, Realizada

1. **Data, Hora e Local:** Ao 1º dia do mês de setembro de 2021, às 11:00 horas, na sede social Goiás, na Avenida Tropical, Lotes 5 e 6A, sala 15, Distrito Industrial Brasil Central, CEP 75250- capital social da Companhia. 3. **Mesa:** Antônio Eduardo Filippone de Seixas, presidente; Frank I prévia em razão da presença da acionista representando a totalidade do capital social da C nº 6.404/76. 5. **Ordem do Dia:** (I) abertura de filial na cidade de Duque de Caxias, estado do F consignar que seu estabelecimento matriz passará a ser meramente administrativo; e (II) consc Após exame e discussão, a acionista representando a totalidade do capital social da Compan cidade de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro, à rua Monroe, 515, Lote 1, sala 01, Vila A Social, a fim de consignar expressamente a filial ora aberta e que o estabelecimento matr: administrativo, passando referidos artigos a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 2º** - A Cor derivados de petróleo e seus correlatos, álcool e outros combustíveis, produtos comercializad petróleo, sendo que sua sede funcionará como estabelecimento meramente administrativo.” “ Canedo, estado de Goiás, na avenida Tropical, Lotes 5 e 6A, sala 15, Distrito Industrial Brasil Ce. §1º - A Companhia possui uma filial na cidade de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro, desempenhará atividades operacionais. §2º - A Companhia poderá, por deliberação da Diretor representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.” 6.3. a consolidação do es Anexo I da presente ata. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavr nº 6.404/76, que foi aprovada pela acionista representante da totalidade do capital social de presidente da mesa; Frank Meira Juviniiano, secretário da mesa; e Tinis SP Participações S.A., a em livro próprio. Senador Canedo, 1º de setembro de 2021. **Mesa:** Antônio Eduardo Filippone Estatuto Social - Rio Vermelho Distribuidora de Petróleo S.A. - Capítulo I - Da Denominação Distribuidora de Petróleo S.A., é uma sociedade anônima por ações, que reger-se-á pelas leis aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem por objeto social a exploração no ramo de distribuição, c produtos comercializados em posto de serviços e de insumos relacionados com a indústria meramente administrativo. **Artigo 3º** - A Companhia tem sua sede e foro na cidade de Senado Distrito Industrial Brasil Central, CEP 75250-005, estabelecimento este meramente administrati estado do Rio de Janeiro, à rua Monroe, 515, Lote 1, sala 01, Vila Actura, CEP 25.225-040, on: por deliberação da Diretoria, criar, extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios. **Artigo 4º** - O prazo de duração da sociedade é indeterminado, tendo iniciado suas atividades O Capital Social da Companhia é de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil real quinhentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. §1º - Todas as ações da C: conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indic de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404/76. §2º - A cada ação ordinária correspo: ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupar exceto se previamente aprovado em Assembleia Geral, por acionistas representando a mai: preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis e: formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferê: representando a maioria das ações ordinárias. §5º - A alteração deste Estatuto Social na pa: requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovaçã: com direito a voto, quanto das ações de cada espécie ou classe de ações. §6º - A emissão de: mobiliárias conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem c: aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de açõ: assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhi: certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativ: O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionis: lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o proc: for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. **Artig: observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado e: será administrada por uma Diretoria composta por dois ou mais Diretores, sendo um Preside: acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Est: reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectiv: lavrado no livro de “Atas das Reuniões da Diretoria”. Os Diretores reeleitos serão investidos n: outras formalidades. §3º - Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para ele: substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no §2º do artigo 5º: Os Diretores serão substituídos por mandatários da companhia que vierem a constituir, onde s: duração do mandato, sendo no caso de mandato judicial, poderá esse ser por prazo indetermin: que esta não poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remunerada. §6º - A remuneração dos: individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Arti: poderes de administração e gestão dos negócios sociais para a prática de todos os atos e reali: observando o disposto neste Estatuto, e o Diretor sem designação específica, na ausência do E: demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida: b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Comp: celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e: à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação: Presidente, com antecedência mínima de 3 (três) dias, exceto se a convocação e/ou o prazo fi: somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 (dois) Diretores, considerando-se presen: do dia. §4º - As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus m: de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. **Artigo 11º** - Os Diretores terão a represen: executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Ass: 12º - A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar qu: garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado por 2 (dois) ou, ainda, por 1 (um) mandatário, constituído especialmente para tal, observado quanto à nomi: instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados por 2 (dois) Dir: de duração limitado a um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por pra: representada nos atos a que se refere o Caput deste artigo mediante a assinatura isolada (específico, autorização expressa da Diretoria. **Capítulo IV - Assembleia Geral: Artigo 13º** - meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinar: Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 (dois) Diretores e ser: secretários. §2º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas (computando os votos em branco. §3º - Os acionistas poderão ser representados nas Assemb: da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato serem depositados na se: realização da Assembleia Geral. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 14º** - O Conselho Fi: instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) m: pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. §1º - Os membros do Consel: pela Assembleia Geral que os eleger. §2º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas (Social e Lucros: **Artigo 15º** - O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada: escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas: lucro do exercício. **Artigo 16º** - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos preju: constituição da reserva legal e qualquer reserva a ser criada de 20% (vinte por cento) do acit:****

Processo Nº: 21485/24
Rubrica NA Fls. 52



31 - RIOVERMELHOR - ONLINE pdf

Código do documento 1acdbbd5-bbb5-45fe-864c-33745ea67596

Assinaturas



Júlio Nasser Custódio dos Santos
diariodamanha@dm.com.br
Assinou como parte

Júlio Nasser Custódio dos Santos

Eventos do documento

11 Apr 2023, 08:16:28

Documento 1acdbbd5-bbb5-45fe-864c-33745ea67596 **criado** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email:diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-11T08:16:28-03:00

11 Apr 2023, 08:16:45

Assinaturas **iniciadas** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email: diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-11T08:16:45-03:00

11 Apr 2023, 08:16:51

JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS **Assinou como parte** (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3) - Email: diariodamanha@dm.com.br - IP: 189.73.250.32 (189-73-250-32.user3p.brasiltelecom.net.br porta: 11386) - Geolocalização: -16.6658048 -49.2568576 - Documento de identificação informado: 234.271.401-72 - DATE_ATOM: 2023-04-11T08:16:51-03:00

Hash do documento original

(SHA256):7d1aac4909ac575647268a3821370210074a9551d4ca22f3677d4b767fcbec4a

(SHA512):4fc1cf2d518da877ee087862bb8db488dfc5f4d6b2e41388c4ae9389a4f17afd334b39ff7daecb0e3048499bd1b4202eedf857c5a38bc1a689c1eab242b0fc

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Mesatenista quer ser a 1ª do país e Olimpíada e Paralimpíad

AGÊNCIA BRASIL

A mesatenista Bruna Alexandre tem a meta de ser a primeira atleta do país disputar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. A paulista, de 28 anos, que teve o braço direito amputado aos três meses de vida, devido à uma vacina mal aplicada, está perto da quarta Paralimpíada da carreira, entre 28 de agosto e 8 de setembro de 2024, em Paris. Ela, porém, quer chegar mais cedo à capital francesa e também disputar a Olimpíada, de 26 de julho a 11 de agosto.

Atuar com atletas sem deficiência não é novidade para Bruna, que começou a praticar tênis de mesa aos sete anos e somente aos 12 conheceu o esporte paralímpico. Mesmo assim, não deixou de enfrentar jogadoras do tênis de mesa "convencional". A paulista disputa o circuito nacional feminino "olímpico" e foi, inclusive, a campeã brasileira do ano passado. Em 2019, a mesatenista obteve vaga, por meio de seletiva, à seleção que disputou os Jogos Pan-Americanos de Lima (Peru).

“Em 20 anos de carreira, o que

me ajudou muito a estar entre as melhores do mundo no parolímpico foi o olímpico. Nele, jogo com pessoas com os dois braços, que não têm nenhuma dificuldade de equilíbrio, então, quando vou ao parolímpico, não sinto essa dificuldade. O parolímpico tem um jogo diferente, mais fechado, enquanto o do olímpico é mais aberto. Estou aprendendo todos os dias [sobre] essas diferenças”, explicou Bruna.

No tênis de mesa paralímpico, os atletas com deficiências de locomoção são divididos em

dez classes. Quanto maior a categoria, menor o comprometimento físico. Terceira do mundo 10, Bruna está quase dada à Paralimpíada de F ranking mundial da F Internacional da m (ITTE, sigla em inglês), assegurar a vaga já em bro, sem depender da li: campeã da categoria n Parapan-Americanos de (Chile).

“Em maio, jogo um campeonato para cump

Pix bate recorde e supera 120 milhões de transações em um dia



Recorde anterior havia sido registrado em dezembro

AGÊNCIA BRASIL

Sistema de transferências instantâneas do Banco Central (BC), o Pix bateu novo recorde na última quinta-feira (6). Pela primeira vez, a modalidade superou a marca de 120 milhões de transações em 24 horas.

Somente no último dia 6, foram feitas 122,4 milhões de

Segundo o BC, os sistemas funcionaram com estabilidade ao longo de todo o dia.

O recorde anterior tinha sido registrado em 20 de dezembro, com 104,1 milhões de transações num único dia. Naquela data, tinha acabado o prazo de pagamento da segunda parcela do décimo terceiro.


Criado em novembro de 2020, o Pix acumula 146,4 milhões de usuários, dos quais 134,8 milhões pessoas físicas e

RIO VERMELHO DISTRIBUIDOR

CNPJ/MF nº 10.775.497/0001-73 - NIR

Ata de Assembleia Geral para a Alteração da Razão Social e Eleição da Diretoria, Realizada em

1. **Data, Hora e Local:** 16 de novembro de 2021, às 15:00 horas, na sede social da Companhia Tropical, s/nº, lotes 5 e 6A, sala 15, Distrito Industrial Brasil Central, CEP 75251.722. 2. **Presença:** Companhia, TINIS SP PARTICIPAÇÕES S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNP Paulo - JUCESP sob o nº 35300513754 em 24/01/2018, com sede à Avenida Marquês de São Paulo - São Paulo/SP, neste ato representada por seu procurador Sr. **Anderson Bertoni**, RG nº 32.754.730-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 224.742.478-31, com endereço com nº 131, Cerqueira Cesar CEP: 01418-102. 3. **Mesa:** Sr. Frank Meira Juviniانو, presidente; Sr. **Publicação:** Dispensada a publicação da convocação prévia em razão da presença do acionista disposto no parágrafo 4º, do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. 5. **Ordem do dia:** (I) alteração da razão social de Sr. Antônio do cargo de Diretor Presidente; (II) eleição dos membros da Diretoria; (IV) fixação estatuto social da Companhia que passa a fazer parte do presente instrumento como Anexo I a totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem ressalvas: 6.1. Alteração da razão social de Sr. Antônio do cargo de Diretor Presidente da Companhia. Desta forma, a Companhia, por irrevogável quitação, para nada reclamar a qualquer tempo com relação ao período em que pertenceu de diretores da Companhia: (I) **Frank Meira Juviniانو**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, RG nº 10.123.312-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 055.015.378/00, residente e domiciliado em Vila Mariana, CEP 04.012-000, para o cargo de Diretor Presidente; e (II) **Sidney Rafael Werneck**, brasileiro, RG nº 6438401 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 077.543.098-66, residente e domiciliado em Vila Mariana, CEP 04.012-000, para o cargo de Diretor Sem Designação Específica. Os mesmos, mediante assinatura dos termos de posse anexos, os quais passam a fazer parte do presente instrumento em seus cargos pelo prazo de 02 (dois) anos ou até que sejam substituídos; 6.4. Foi fixada a qualquer natureza e verba de representação, no montante de R\$ 24.362,00, nos termos do que for aprovado a reger a Companhia a partir da presente data e constitui o Anexo I a ata a que se refere for encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata em forma de sumário, nos termos do art. 1º e assinada pelos presentes. 8. **Assinaturas:** Mesa e Diretores: Frank Meira Juviniانو, presidente; **Tinis SP Participações S/A.** Certifica-se que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro nº Juviniانو - Presidente; Antônio Eduardo Filippone de Seixas - Secretário. **Anexo I - Estatuto Social.** **Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto:** Artigo 1º - **Flagler Combustíveis S/A**, é uma sociedade por este estatuto social ("Estatuto Social") e pelas disposições legais aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia é derivada de petróleo e seus correlatos, álcool e outros combustíveis, produtos comercializados de petróleo. Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na cidade de Senador Canedo, estado de Goiás, com escritórios e depósitos de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior, no Estado do Rio de Janeiro, situada à Rua Monroe, 515, Lote 1, Vila Actura, C. 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado, tendo iniciado suas atividades no dia 01 de janeiro de 2018, com capital social de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais). A Companhia possui ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. §1º - Todas as ações da Companhia são de capital comum e não possuem privilégios de preferência de voto ou de preferência de dividendos. §2º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §3º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §4º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §5º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §6º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §7º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §8º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §9º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §10º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §11º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §12º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §13º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §14º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §15º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §16º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §17º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §18º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §19º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §20º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §21º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §22º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §23º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §24º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §25º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §26º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §27º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §28º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §29º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §30º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §31º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §32º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §33º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §34º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §35º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §36º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §37º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §38º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §39º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §40º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §41º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §42º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §43º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §44º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §45º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §46º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §47º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §48º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §49º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §50º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §51º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §52º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §53º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §54º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §55º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §56º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §57º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §58º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §59º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §60º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §61º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda de ações, a ser utilizada para o pagamento de dividendos e para o pagamento de outras despesas. §62º - A Companhia possui uma reserva de lucros constituída de lucros acumulados e de reservas resultantes de operações de venda

Processo N°	21405/24
Rubrica	
Fls.	54



30 - RIOVERMELHO - ONLINE pdf

Código do documento b611cdd7-99cb-4bce-9ea1-8a5b0cd5ea01

Assinaturas



Júlio Nasser Custódio dos Santos
diariodamanha@dm.com.br
Assinou como parte

Júlio Nasser Custódio dos Santos

Eventos do documento

11 Apr 2023, 08:17:32

Documento b611cdd7-99cb-4bce-9ea1-8a5b0cd5ea01 **criado** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email:diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-11T08:17:32-03:00

11 Apr 2023, 08:17:51

Assinaturas **iniciadas** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email: diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-11T08:17:51-03:00

11 Apr 2023, 08:18:09

JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS **Assinou como parte** (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3) - Email: diariodamanha@dm.com.br - IP: 189.73.250.32 (189-73-250-32.user3p.brasiltelecom.net.br porta: 49398) - Geolocalização: -16.6658048 -49.2568576 - Documento de identificação informado: 234.271.401-72 - DATE_ATOM: 2023-04-11T08:18:09-03:00

Hash do documento original

(SHA256):cf46ace3b5c6f083ac0d10dc728f911bd8c2613d561ed7fa9ac1adafcd860380
(SHA512):4fc8fe75f92196e8b962a01ce91f6646e7a187890d760f2037bde96a75f5ef3b540e361c3d85def502d94ca3fb22aec03b1b95db30de46d4209f02287c9d84

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



Processo Nº	21485/24
Rubrica	Fls. 55

INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO

Por este instrumento de Procuração, a empresa **FLAGLER COMBUSTÍVEIS S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, regularmente inscrita no **CNPJ sob nº 10.775.497/0001-73** e Inscrição Estadual nº 10.455.247-6, com endereço na cidade de Senador Canedo, estado de Goiás, à avenida Tropical, s/n, sala 15, 5 e 6A, Distrito Industrial Brasil Central; com filial inscrita no **CNPJ sob nº 10.775.497/0004-16**, na cidade de Arujá, estado de São Paulo, à avenida New Jersey, nº 840, Anexo Parte 2, Centro Industrial de Arujá, CEP: 07.411-670; e outra filial inscrita no **CNPJ sob nº 10.775.497/0002-54**, na cidade de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro, com endereço à rua Monroe, nº 515, Sala 01, Lote 01, Vila Actura, CEP: 25.225-040, neste ato representada por seu Diretor Presidente, **Sr. CÉLIO SALES DIAS**, brasileiro, contador, divorciado, portador da cédula de identidade RG nº 32490067 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 221.386.668-67, residente e domiciliado na cidade e estado de São Paulo, à rua Benvenuto Di Giovanni, nº 331, CEP: 05.551-000, e pelo Diretor Sem Designação Específica, **Sr. SIDNEY RAFAEL WERDESHEIM**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 6438401 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 077.543.098-66, residente e domiciliado na cidade e estado de São Paulo, à rua Pelotas, nº 255, apartamento 164, Vila Mariana, CEP: 04.002-010, doravante denominada "**OUTORGANTE**", constituem **SEUS PROCURADORES**: (i) **Sra. DENISE AP. CAMPOS PASSOS**, brasileira, divorciada, coordenadora de licitações, portadora da cédula de identidade RG nº 24.153.520-7, inscrita no CPF sob nº 260.031.468-77; (ii) **Sr. MURILO TADEU DE LIMA**, brasileiro, solteiro, assessor de vendas pleno, portador da cédula de identidade RG nº 48.240.088-2, inscrito no CPF sob nº 418.996.188-48; (iii) **Sra. VIVIAN GUERRA CAMPOS**, brasileira, solteira, assessora comercial sênior, com cédula de identidade RG nº 10222711-3, inscrita no CPF sob o nº 072.507.877-48; e (iv) **Sra. AMANDA RODRIGUES BIASOTTO**, brasileira, casada, analista comercial pleno, com cédula de identidade RG nº 42.828.397-4, inscrita no CPF sob o nº 351.065.108-13 TODOS com endereço comercial localizado na cidade de Arujá, estado de São Paulo, à avenida New Jersey, nº 840, Anexo Parte 2, Centro Industrial de Arujá, CEP: 07.411-670; doravante denominados "**OUTORGADOS**", para representar, exclusivamente, a **OUTORGANTE** em todas as modalidades e processos de licitações, tanto presencial quanto eletrônico, inerente ao fornecimento de combustível líquido, como Gasolina, Etanol, Biodiesel, Diesel S.10 e S.500, com poderes de decisão, podendo, para tanto, assinar requerimentos, representações, interpor e renunciar recursos e defesas administrativas, prestar esclarecimentos, receber notificações e intimações, requerer a inscrição em registro cadastral de órgãos públicos e nas plataformas e sites para sistema de licitações em todo Brasil, ofertar lances, negociar preços, assinar declarações e propostas comerciais, bem como o Contrato Administrativo ou Ata de Registro de Preços ou Ata de fornecimento e em nome desta defender seus direitos, não sendo permitido o substabelecimento do presente instrumento.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.

Senador Canedo/GO, 14 de dezembro de 2023.

CELIO SALES
DIAS:2213866686
7

Assinado de forma digital por
CELIO SALES
DIAS:22138666867
Dados: 2023.12.22 09:25:09
-03'00'

SIDNEY RAFAEL
WERDESHEIM:077543
09866

Assinado de forma digital por
SIDNEY RAFAEL
WERDESHEIM:07754309866
Dados: 2023.12.22 09:17:06 -03'00'

CÉLIO SALES DIAS
Diretor Presidente

SIDNEY RAFAEL WERDESHEIM
Diretor Sem Designação Específica

Processo N° 21485/24
Rubrica dk Fls. 56

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
CELIO SALES DIAS

1ª HABILITAÇÃO
22/10/1999

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
02/12/1980, SAO PAULO, SP

4a DATA EMISSÃO
26/08/2022

4b VALIDADE
26/08/2032

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
32490067 SSP SP

4d CPF
221.386.668-67

5 Nº REGISTRO
01057672906

9 CAT HAB
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
CELSO DE CAMPOS DIAS

LAUDELINA SALES SOUZA DIAS

7 ASSINATURA DO PORTADOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2442908390



DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Este arquivo não pode ser utilizado como documento de habilitação.

Verifique autenticidade do QR Code com o app Vio.

9 10 11 12

ACC			
A		26/08/2032	
A1			
B		26/08/2032	
B1			
C			
C1			

9 10 11 12


D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES


LOCAL
SAO PAULO, SP

SÃO PAULO

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
98534251650
SP012347798




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2362427861



NOME
SIDNEY RAFAEL WERDESHEIM

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
6438401 SSP SP

CPF
077.543.098-66

DATA NASCIMENTO
04/05/1962

FILIAÇÃO
ELKUNE WERDESHEIM
MATHILDE WERDESHEIM

PERMISSÃO ☐ ACC ☐ CAT. HAB. ☐

Nº REGISTRO
02307530804

VALIDADE
30/03/2027

1ª HABILITAÇÃO
09/07/1980

OBSERVAÇÕES

EAR

Sidney Werdesheim

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO PAULO, SP

DATA EMISSÃO
07/04/2022

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

31127705587
SP010025603

SÃO PAULO

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE




Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.


As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.


Processo N° 214 85/24
Rubrica *dt* Fls 57

SERPRO / DENATRAN



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL


CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME _____

DENISE APARECIDA CAMPOS PASSOS

1ª HABILITAÇÃO _____

14/06/1995



3 DATA LOCAL E UF DE NASCIMENTO
17/11/1976, RIBEIRÃO PRETO, SP

4a DATA EMISSÃO **14/11/2022** **4b VALIDADE** **14/11/2032** **ACC** **D**

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
24153520 SSP SP








4d CPF **260.031.468-77** **5 Nº REGISTRO** **01723143732** **9 CAT HAB** **AB**








NACIONALIDADE _____
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
LEVY RODRIGUES DOS PASSOS

LUZIA DE FATIMA CAMPOS PASSOS

7 ASSINATURA DO PORTADOR

	9	10	11	12
ACC 				
A 			14/11/2032	
A1 				
B 			14/11/2032	
B1 				
C 				
C1 				

	9	10	11	12
D 				
D1 				
BE 				
CE 				
C1E 				
DE 				
D1E 				

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL _____

RIBEIRÃO PRETO, SP

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

07664559062

SP013709139

SÃO PAULO

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

2 e 3. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - Primeira Matriculação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 4. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth / DOMUMYYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 5. Data de Emissão / Issuing Date / DOMUMYYYY / Fecha de Emisión - 6. Aba e Documento de Identificação - Autarquia Emissora - 44 - CPF - 55. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filialción - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA017231437<325<<<<<<<<<
7611175F3211142BRA<<<<<<<<<6
DENISE<<APARECID<CAMPOS<PASSOS



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 21.485/2024

RUBRICA: af FOLHA: 59

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.093/2024

Processo Licitatório nº: 13.462/2024

Processo de Impugnação nº: 21.485/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO de COMBUSTÍVEIS (gasolina comum e óleo diesel-S10), com oferta de maior desconto na média da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo), com fornecimento de sistema de controle e gestão de abastecimento de toda frota de veículos oficiais, cessão de 2 (dois) tanques "aéreos", um para gasolina comum e outro para diesel s-10 com capacidade mínima de 15.000 LTs cada, com sistema eletrônico para aferição em tempo real do nível de combustível em cada tanque, que atuará como controle de entrada no descarregamento via caminhão-tanque, 2 (duas) bombas de abastecimento do tipo digital, com 2 (dois) bicos cada (gasolina e diesel), além das instalações básicas exigidas pelas normas regulamentadoras e trabalhistas vigentes, para atender às necessidades das Secretarias Municipais, pelo período de 01 (ano).

IMPUGNANTE: FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.093/2024.
02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 669, de 03 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 03 de janeiro de 2024, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.
03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em síntese, alega a impugnante que a exigência de que as empresas e suas filiais que tenham atividades relacionadas a Comércio Atacadista de Combustíveis e Lubrificantes tenham registro no Conselho Regional de Química (CRQ), bem como a comprovação de possuir em seus quadros profissional detentor de registro em Conselho Regional de Química (CRQ) com jurisdição sobre a área em que estiver sediada ou domiciliada a licitante, conforme itens 19.4 e 19.5 do Edital, atentaria contra os princípios da competitividade, da economicidade, da proporcionalidade e do interesse público.

Considerando que a FLAGLER opera regulamente, mediante autorização da ANP, utilizando-se de base de terceiro e, desse modo, não possui laboratório ou profissionais de química no Estado do Rio de Janeiro, seria incabível que fosse obrigada a apresentar os documentos requeridos pelo edital em referência.

Ademais, tais exigências implicariam em uma restrição na participação do certame, além de gerar um ônus desnecessário à empresa licitante, contrariando a SÚMULA Nº 272/2012 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, a qual veda a inclusão no edital de licitação de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

Comissão de Pregão I

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE


A fim de garantir o caráter equânime e competitivo da licitação, a aplicação dos princípios da legalidade e da justa competição, bem como evitar restrições à participação de potenciais fornecedores, requer a alteração dos itens 19.5 e 19.4 do Edital para que seja incluída a possibilidade a apresentação de documentos de qualificação (Registro da empresa licitante e suas filiais em Conselho Regional de Química - CRQ, bem como a comprovação de que possua em seus quadros profissional detentor de registro no Conselho Regional de Química - CRQ) em nome da empresa cedente, nos casos em que a licitante opere mediante Contratos de Cessão de Espaço homologados pela ANP.

IV. DO MÉRITO

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado. Após análise, recomendamos que o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

Cabe informar que o pregão eletrônico segue agendado para o dia 12/08/2024 às 10 horas e, caso seja necessário, será suspenso *Sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 07 de agosto de 2024.


LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro- Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA

Resolução Normativa nº 122, de 09.11.1990.

Dispõe sobre a ampliação da R.N. nº 105 de 17.09.87, sobre a identificação de empresas cuja atividade básica está na área da Química.

O Conselho Federal de Química no uso das atribuições que lhe confere a letra f do art. 8º da Lei nº 2.800/56, tendo em vista o art. 1º da Lei nº 6.839/80 combinado com o §5º do art. 1º do Decreto nº 88.147/83 e demais disposições legais pertinentes;

Considerando o elenco de empresas relacionadas na Portaria nº 962 de 29.12.87 da Secretaria da Receita Federal;

Considerando a necessidade de identificar as empresas com Atividade Básica na área da Química, com vistas ao seu registro de acordo com os arts. 26, 27 e 28 da Lei nº 2.800/56, Resolve:

Art. 1º — É obrigatório o registro em Conselho Regional de Química, além daquelas listadas no art. 2º da R.N. nº 105, de 17.09.87, das empresas e suas filiais que tenham atividades relacionadas à área da Química listadas a seguir:

- 00.1 — Extração de Minerais Metálicos, 00.11 / 00.12 / 00.13 / 00.14 /
- 00.2 — Extração de Minerais Não Metálicos, 00.21 / 00.23 / 00.29 /
- 00.3 — Extração de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Minerais, 00.31 / 00.32 / 00.39 /
- 02.1 — Extração de Produtos Vegetais Não Cultivados, 02.12 / 02.14 / 02.19 /
- 10.2 — Beneficiamento de Minerais Não Metálicos, 10.21 /
- 10.3, Fabricação de Clínquer, Cimento e Cal, 10.31 / 10.32 /
- 10.4 — Fabricação de Material Cerâmico, 10.41 / 10.42 / 10.43 / 10.44 / 10.45 / 10.46 / 10.47 / 10.49 /
- 10.5 — Fabricação de Estruturas de Cimento, de Fibrocimento e de Peças de Amianto, Gesso e Estuque, 10.52 / 10.53 / 10.54 / 10.55 / 10.59 /
- 10.6 — Fabricação de Vidro e Cristal, 10.61 / 10.62 / 10.63 / 10.65 / 10.66 / 10.67 / 10.69 /
- 10.7 — Fabricação de Materiais Abrasivos e Artefatos de Gráfica, 10.71 / 10.72 /
- 10.9 — Fabricação de Produtos de Minerais Não Metálicos Não Especificados ou Não Classificados, 10.99 /
- 11.0 Siderurgia, 11.01 / 11.02 / 11.03 /
- 11.1 — Metalurgia dos Metais Não Ferrosos, 11.11 / 11.12 / 11.17 / 11.18 /
- 11.2 — Metalurgia do Pó e Granalha, 11.21 /
- 11.8 — Tratamento Térmico e Químico de Metais e Serviços de Galvanotécnica, 11.81 / 11.82 /
- 12.9 — Fabricação de Armas, Munições e Equipamentos Militares, 12.92 / 12.93 / 12.94 / 12.99 /
- 13.2 — Fabricação de Material Químico, 13.21 / 13.24 / 13.26 /
- 13.5 — Fabricação de Material Eletrônico Básico, 13.51 /
- 13.8 — Fabricação de Aparelhos e Equipamentos para Comunicação e Entretenimento Peças e Acessórios, 13.86 /
- 14.3 — Fabricação de Veículos Rodoviários, Peças e Acessórios, 14.31 / 14.33 /
- 14.9 — Fabricação de Veículos Não Especificados ou Não Classificados, Peças e Acessórios, 14.99 /
- 15.3 — Fabricação de Chapas e Placas de Madeira Aglomerada, Prensada ou Compensada, 15.31 /



PROCESSO Nº 21405/24

RUBRICA FLS Nº 63

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA

- 15.7 — Fabricação de Artefatos de Cortiça, 15.71 /
16.3 — Fabricação de Móveis de Material Plástico, 16.31 /
17.1 — Fabricação de Celulose, Pasta Mecânica, Termomecânica, Quimiter-momecânica e seus Artefatos, 17.11 /
17.2 — Fabricação de Papel, Papelão, Cartão Cartolina, 17.21 / 17.22 / 17.23 / 17.24 /
17.3 — Fabricação de Artefatos e Embalagens de Papel, Papelão, Cartão e Cartolina, 17.31 / 17.32 / 17.33 / 17.39 /
18.1 — Beneficiamento de Borracha Natural, 18.11 /
18.2 — Fabricação de Artefatos de Borracha, 18.21 / 18.22 / 18.23 / 18.24 / 18.25 / 18.26 / 18.27 /
18.3 — Fabricação de Espumas e Artefatos de Espuma de Borracha, 18.31 /
19.1 — Beneficiamento de Couros e Peles, 19.11 /
19.2 — Fabricação de Couro, Peles e Assemelhados
20.0 — Produção de Elementos e de Produtos Químicos, 20.01 / 20.02 / 20.03 / 20.04 /
20.1 — ~~Fabricação de Produtos Químicos Derivados do Processamento do Petróleo, de Rochas Oleígenas, de Carvão Mineral e do Álcool~~ Fabricação de Produtos Químicos Derivados do Processamento do Petróleo, de Rochas Oleígenas, do Carvão Mineral, do Álcool, dos Biolubrificantes, do Biodiesel e de outros biocombustíveis (Redação dada pela Resolução Normativa nº 227, de 19/03/2010), 20.11 / 20.12 / 20.13 / 20.14 /
20.2 — Fabricação de Matérias Plásticas, Resinas e Borrachas Sintéticas, Fios e Fibras Artificiais e Sintéticas e Plastificantes, 20.21 / 20.22 / 20.23 / 20.24 / 20.25 / 20.26 /
20.3 — Fabricação de Produtos Químicos para a Agricultura, 20.31 / 20.32 /
20.4 — Fabricação de Pólvoras, Explosivos e Detonantes, Fósforos de Segurança e Artigos Pirotécnicos, 20.41 / 20.42 /
20.5 — Fabricação de Corantes e Pigmentos, 20.51 /
20.6 — Fabricação de Tintas, Esmaltes, Lacas, Vernizes, Impermeabilizantes, Solventes Secantes e Massas Preparadas para Pintura e Acabamento, 20.61 /
20.7 — Fabricação de Substâncias de Produtos Químicos, 20.71 / 20.72 / 20.73 / 20.74 / 20.75 / 20.76 /
20.8 — Fabricação de Sabões e Detergentes, Desinfetantes, Defensivos Domésticos, Preparações para Limpeza e Polimento, Perfumaria, Cosméticos e outras Preparações para Toalete e de Velas, 20.81 / 20.82 / 20.83 / 20.84 / 20.85 / 20.86 /
20.9 — Fabricação de Produtos Químicos Não Especificados ou Não Classificados, 20.99
22.1 — Fabricação de Produtos do Refino do Petróleo, 22.11 /
22.2 — Destilação de Álcool por Processamento de Cana-de-açúcar, Mandioca, Madeira e Outros Vegetais, 22.21
23.1 — Fabricação de Laminados e Espuma de Material Plástico, 23.11 / 23.12 /
23.2 — Fabricação de Artefatos de Material Plástico, 23.21 / 23.22 / 23.23 / 23.24 / 23.25 / 23.26 / 23.27 / 23.29 /
24.1 — Beneficiamento de Fibra Têxteis, Fabricação de Estopa de Materiais para Estofa e Recuperação de Resíduos Têxteis, 24.11 / 24.12 /
24.2 — Fiação, 24.26 /
24.3 — Fabricação de Tecidos, 24.34 / 24.35 /
24.4 — Fabricação de Artefatos Têxteis, 24.49 /



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA

- 26.0 — Beneficiamento, Moagem, Torrefação e Fabricação de Produtos Alimentares de Origem Vegetal, 26.01 / 26.02 / 26.03 / 26.04 / 26.05 / 26.06 / 26.07 / 26.08 /
- 26.1 — Fabricação e Refinação de Açúcar, 26.11 / 26.12 / 26.13 /
- 26.2 — Fabricação de Derivados do Cacau, Balas, Caramelos, Pastilhas, Drops e Gomas de Mascar, 26.21 / 26.22 / 26.23 /
- 26.3 — Preparação de Alimentos e Produção de Conservas e Doces, 26.31 / 26.32 / 26.33 / 26.39 /
- 26.4 — Preparação de Especiarias de Condimentos, de Sal, Fabricação de Óleos Vegetais e Vinagres, 26.41 / 26.42 / 26.43 / 26.44 /
- 26.5 — Abate de Animais em Matadouros, Frigoríficos, Preparação de Conservas de Carne, 26.54 / 26.55 /
- 26.6 — Preparação do Pescado e Fabricação de Conservas do Pescado, 26.61 / 26.62 /
- 26.7 — Resfriamento, Preparação e Fabricação de Produtos do Leite, 26.71 /
- 26.8 — Fabricação de Massas Pós-Alimentícios, Pães, Bolos, Biscoitos, Tortas, 26.81 / 26.82 / 26.83 /
- 26.9 — Fabricação de Produtos Alimentares Diversos, 26.91 / 26.92 / 26.93 / 26.94 / 26.95 / 26.99 /
- 27.1 — Fabricação e Engarrafamento de Vinhos, 27.11 / 27.12 /
- 27.2 — Fabricação e Engarrafamento de Aguardentes, Licores, e de Outras Bebidas Alcoólicas, 27.21 / 27.22 / 27.23 /
- 27.3 — Fabricação e Engarrafamento de Cervejas, Chopes e Malte, 27.31 / 27.32 /
- 27.4 — Fabricação e Engarrafamento de Bebidas Não Alcoólicas, 27.41 / 27.42 / 27.43 /
- 28.1 — Fabricação de Produtos do Fumo, 28.11 / 28.12 / 28.13 / 28.19 /
- 29.2 — Fabricação de Material Impresso, 29.23 /
- 29.3 — Execução de Serviços Gráficos, 29.39 /
- 29.4 — Produção de Matrizes para Impressão, 29.41 /
- 30.2 — Fabricação de Aparelhos, Instrumentos e Materiais para Fotografia e de ótica, 30.22 / 30.23 / 30.24 /
- 30.3 — Lapidação de Pedras Preciosas e Semi-Preciosas Joalheria, Ourivesaria, Bijuteria e Cunhagem de Moedas e Medalhas, 30.33 /
- 30.6 — Fabricação de Brinquedos e Equipamentos de Uso do Bebê, Peças e Acessórios, 30.61 / 30.62 /
- 30.7 — Fabricação de Artefatos e Equipamentos para Caça, Pesca, Esporte e Aparelhos Recreativos, 30.71 / 30.72 /
- 30.8 — Fabricação de Artefatos Diversos, 30.84 / 30.86 /
- 31.2 — Fabricação de Calçados de Materiais Diversos, 31.22 / 31.23 /
- 31.3 — Fabricação de Calçados para Usos Especiais, 31.31 /
- 31.4 — Confecção de Partes e Componentes para Calçados, 31.41 /
- 34.2 — Produção e Distribuição Canalizada de Gás, 34.21 /
- 34.3 — Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, 34.31 /
- 34.4 — Limpeza Pública, Remoção e Beneficiamento do Lixo, 34.41 /
- 41.2 — Comércio Varejista de Produtos Químicos, Farmacêuticos, Veterinários e Odontológicos
Comércio varejista de produtos químicos (Redação dada pela Resolução Normativa nº 145, de 19.08.1994) 41.23 / 41.29 /



PROCESSO Nº 21405/24
RUBRICA FLS Nº 65

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA

- 42.3 — Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes, 42.32 /
43.0 — Comércio Atacadista de Produtos Extrativos e Agropecuários, 43.01 / 43.03 /
~~43.2 — Comércio Atacadista de Produtos Químicos, Farmacêuticos, Veterinários e Odontológicos~~ Comércio atacadista de produtos químicos (Redação dada pela Resolução Normativa nº 145, de 19.08.1994), 43.26 / 43.29 /
44.3 — Comércio Atacadista de Combustíveis e Lubrificantes, 44.32 / 44.39 /
47.1 — Transporte Rodoviário, 47.14 /
47.2 — Transporte Ferroviário e Metroviário, 47.21 /
47.3 — Transporte Hidroviário, 47.31 / 47.32 /
47.4 — Transporte Aéreo, 47.41 / 47.42 /
47.5 — Transportes Especiais, 47.51 /
51.1 — Serviços de Alojamento, 51.11 / 51.12 /
53.1 — Serviços Pessoais, 53.11 / 53.13 /
55.4 — Serviços Auxiliares dos Transportes, 55.44 /
55.6 — Serviços Auxiliares de Higiene e Limpeza, Decoração e Outros Serviços Executados em Prédios e Domicílios, 55.61 /
55.7 — Serviços Auxiliares Prestados a Empresas, a Entidades e a Pessoas, 55.75 / 55.76 /
55.8 — Serviços Auxiliares Prestados a Empresas, a Entidades e a Pessoas, 55.82 / 55.84 /
61.7 — Entidades Desportivas e Recreativas,
63 — Ensino,
63.5 — Cursos Livres, 63.52 / 63.53 / 63.59 /
64 — Cooperativas, 64.11 / 64.12 / 64.14 / 64.19.
Art. 2º — Esta Resolução Normativa, entrará em vigor na data de sua publicação no D.O.U., revogadas as disposições em contrário.
Jesus Miguel Tajra Adad — Presidente
Sigurd Walter Bach — Diretor-Secretário
Publicada no D.O.U. de 28.01.91



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Nova Friburgo, 08 de agosto de 2024

Para: Procuradoria Geral
A/C: Ilm. Sr. João Figueiró – MD. Procurador Geral do Município

Prezados,

Cumprimentando-os cordialmente, de acordo com solicitação feita pela empresa FLAGLER COMBUSTIVEIS S/A, insta esclarecer o que segue:

1. Conforme resolução normativa n.122 de 09 de novembro de 1990 do Conselho Federal de Química em seu Art. 2º subitens 42.3 e 44.3, todo o comércio atacadista, varejista e de distribuição de combustíveis, deverão possuir em seus registros, profissional detentor de Registro no Conselho Regional de química.

A impugnante, solicita em síntese, que a administração admita que seja apresentada a documentação em nome de empresa terceira, cuja a impugnante possui contrato de uso de bases para armazenamento e distribuição de combustíveis, algo que a nosso ver, não pode ser permitido, vez que, quem possuirá contrato com a administração municipal, caso venha se sagrar vencedora do certame, será a impugnante, cabendo a ela toda a responsabilidade contratual, não podendo portanto, imputar a terceiros nenhum tipo de responsabilidade, sobretudo quanto ao armazenamento e qualidade dos produtos que virá a entregar municipalidade.

Sendo assim, esta subsecretaria entende que a exigência possui o caráter de proteger a administração municipal quanto a qualidade dos produtos a serem adquiridos, bem como ao cumprimento das normativas exaradas pelo Conselho Federal de Química, que é o órgão fiscalizatório responsável pelas atividades atreladas ao objeto da presente licitação.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Sendo assim, entendemos pela manutenção de todo o descrito no edital e termo de referência, **NEGANDO** provimento ao presente pedido de impugnação.

Sem mais para o momento, acreditamos terem sido elucidadas todas as questões, interpostas pela impugnante, encaminhamos os autos para prosseguimento, nos colocando a disposição para futuros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Alan F. Correa
Subsecretário de Manutenção
de Veículos Leves e Pesados
Mat. 105.871



Processo Administrativo n.º: 21.485/2024

Requerente: Flagler Combustíveis S/A

**Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.093 de 2024 -
Processo Licitatório n. 13.462/2024**

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela requerente em 07/08/2023 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 90.093 de 2024 - Processo Licitatório n. 13.462/2024, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel-S10) com oferta de desconto na média da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo), com fornecimento de sistema de controle e gestão de abastecimento de toda a frota de veículos oficiais para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 12 de agosto de 2024.

Em suma, a requerente alega em sua peça de impugnação, acostada às fls. 03/13, que as exigências contidas nos subitens 19.4 e 19.5 atentam contra os princípios da competitividade, economicidade, proporcionalidade e interesse público, haja vista que exigem o registro em Conselho Regional de Química (CRQ) das empresas e suas filiais que tenham atividades relacionadas à comércio atacadista de combustíveis e lubrificantes, bem como a comprovação de que possuem profissional detentor de registro em Conselho Regional de Química (CRQ) com jurisdição sobre a área em que estiver sediada ou domiciliada a licitante.

Aduz que opera suas atividades no Estado do Rio de Janeiro com a utilização de tanques cedidos, por meio de contrato de cessão de espaço, na forma autorizada na Resolução ANP n. 960/2023, utilizando-se, portanto, de base de distribuição de outra empresa, também autorizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e, desse modo, não possui laboratório ou profissionais de química no Estado do Rio de Janeiro, sendo incabível que seja obrigada a apresentar tais documentos.



Por fim, destaca que salta aos olhos a existência de restrição à competitividade, em evidente colisão com a Súmula n. 272/2012 do TCU, além de gerar um ônus desnecessário à empresa licitante, requerendo a alteração dos itens a fim de incluir a possibilidade de apresentação de documentos habilitatórios em nome da empresa cedente nos casos em que a licitante opere mediante contratos de cessão de espaço homologados pela ANP.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 59/61, encaminhou o procedimento à Secretaria requisitante para pronunciamentos de ordem técnica e, após, a esta Procuradoria-Geral.

Às fls. 62/65 foi anexada cópia da Resolução Normativa n. 122/1990 do Conselho Federal de Química.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, por meio da Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, em manifestação de fls. 66/67, afirma que todo o comércio atacadista, varejista e de distribuição de combustíveis deverão possuir em seus registros, profissional detentor de Registro no Conselho Regional de Química, na forma da Resolução Normativa n. 122/1990, art. 2º, subitens 42.3 e 44.3.

Afirma, ainda, que entende não ser cabível a admissão da apresentação da documentação em nome de empresa terceira, vez que, quem possuirá contrato com a Administração será a impugnante, caso venha se sagrar vencedora do certame, a quem caberá toda a responsabilidade contratual quanto ao armazenamento e qualidade dos produtos, não podendo imputar qualquer responsabilidade a terceiros.

Acrescenta que a exigência possui caráter de proteger a administração municipal quanto à qualidade dos produtos a serem adquiridos, bem como ao cumprimento das normativas exaradas pelo Conselho Federal de Química, que é o órgão fiscalizatório responsável pelas atividades atreladas ao objeto licitado, negando provimento à impugnação.

Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria-Geral para análise jurídica.

É o relatório.

[Assinatura]



PROCESSO Nº 21485
DATA 11/08/24
Folha Nº 70 Rubrica [assinatura]

II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 07/08/2024 é tempestiva, em conformidade com o art. 164, parágrafo único da Lei n. 14.133/2021, tendo em vista que a realização do Pregão estava marcada para 12/08/2024, tendo sido suspensa em virtude das impugnações apresentadas.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 16 da IN n. 73/2022:

Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

§ 2º A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17.

§ 4º As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no § 1º, e vincularão os participantes e a Administração.



Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, **inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos,** escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Neste ponto, verifica-se que a empresa apresentou impugnação relativa aos requisitos de qualificação técnica previstos nos subitens 19.4 e 19.5 do Edital, cujos argumentos foram rechaçados pela Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados na manifestação de fls. 66/67, negando provimento à impugnação.

Pois bem. Vejamos o teor dos subitens do Edital relativos à qualificação técnica pertinentes à presente impugnação:

19.4 - É obrigatório o registro em Conselho Regional de Química das empresas e suas filiais que tenham atividades relacionadas à Comércio Atacadista de Combustíveis e Lubrificantes; na forma da RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 122 de 09 de novembro de 1990, em seu artigo 1º.

19.5 - A contratada deverá comprovar que possui em seus quadros, profissional detentor(es) de Registro no Conselho Regional de Química (CRQ) com jurisdição sobre a área em estiver sediada ou domiciliada a licitante, o(s) qual(is) seja(m) Responsável(is) Técnico(s) do(s) estabelecimento(s) licitante dotado(s) de instalações para recebimento, armazenamento e fornecimento de combustíveis, conforme definido por Órgão Federal competente, para efeito desta licitação denominado "base de distribuição".

19.6 - A comprovação de vínculo profissional com a licitante, pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível ainda a contratação de profissional autônomo, desde que o vínculo profissional seja homologado pelo CRQ competente.



19.7 – A comprovação de Licença de Funcionamento e Licença Ambiental, assim como Registro na Agência Nacional de Petróleo – ANP, inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), conforme Portaria nº: 2.294/2021.

19.8 Inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC, na forma do previsto na Resolução ANTT nº: 5.998/2022.

A impugnante alega que opera suas atividades no Estado do Rio de Janeiro com a utilização de tanques cedidos, por meio de contrato de cessão de espaço, na forma autorizada na Resolução ANP n. 960/2023, utilizando-se, portanto, de base de distribuição de outra empresa, também autorizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e, desse modo, não possui laboratório ou profissionais de química no Estado do Rio de Janeiro, sendo incabível que seja obrigada a apresentar tais documentos.

De início, verifica-se que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) tem a finalidade de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis¹.

A citada Resolução ANP n. 960/2023 estabelece os requisitos necessários para a outorga de autorização de operação de instalação de armazenamento de combustíveis, alteração de titularidade da autorização de operação e homologação de contratos de cessão de espaço ou de carregamento rodoviário.

Quanto à homologação do contrato de cessão de espaço, assim dispõe a ANP 960/2023:

Art. 13. Para a homologação do contrato de cessão de espaço ou do contrato de carregamento rodoviário, nos termos da regulamentação vigente para o exercício das atividades, o requerente deverá protocolizar na ANP a seguinte documentação, individualizada por instalação:

I - requerimento assinado por responsável legal ou preposto da cedente, acompanhado de cópia de instrumento de procuração do preposto e do respectivo documento de identificação, quando for o caso;

¹ <https://www.gov.br/anp/pt-br/aceso-a-informacao/institucional>



II - extrato do contrato de cessão de espaço celebrado entre a cedente e a cessionária ou do contrato de carregamento rodoviário, conforme o caso; e

III - comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ, em nome da cessionária; e

IV - comprovante de inscrição estadual da cessionária, emitido por órgão competente.

§ 1º No caso de cessão de espaço, adicionalmente à documentação prevista no caput, o requerente deverá enviar a ficha de comprovação de tancagem (FCT) atualizada e assinada por responsável legal ou preposto da cedente, conforme modelo disponível no sítio eletrônico da ANP na Internet, contemplando todos os contratos de cessão de espaço vigentes.

§ 2º A homologação do contrato firmado por tempo indeterminado será válida pelo prazo de um ano, devendo a cessionária reapresentá-lo ou apresentar novo contrato para fins de nova homologação, no prazo máximo de trinta dias antes do fim de sua vigência.

§ 3º Qualquer alteração no contrato homologado deverá ser objeto de nova homologação pela ANP.

Art. 14. O extrato do contrato de cessão de espaço deverá identificar, no mínimo:

I - o prazo acordado;

II - as pessoas jurídicas cedente e cessionária e os respectivos CNPJ;

III - o endereço em que se localiza a instalação objeto do contrato;

IV - a autorização de operação da ANP da instalação objeto do contrato;

V - o volume de espaço cedido, por produto, em metros cúbicos; e

VI - o modal de recebimento de cada produto.

Art. 15. A análise da homologação do extrato do contrato de cessão de espaço considerará:

I - o volume, em metros cúbicos, disponível na tancagem do estabelecimento cedente autorizado pela ANP, por produto, descontada a capacidade mínima de armazenamento, nos termos da regulamentação de cada atividade econômica; e



II - os volumes já comprometidos nos demais contratos de cessão de espaço vigentes para a instalação objeto do contrato.

§ 1º Somente será homologado o contrato de cessão de espaço cuja instalação não apresente pendência documental.

§ 2º Em caso de base compartilhada, somente o administrador poderá celebrar contrato de cessão de espaço.

§ 3º A cessionária só poderá utilizar as instalações de armazenamento da cedente após a homologação do contrato pela ANP.

Conforme se verifica, a ANP admite a celebração de contrato de cessão de espaço, cujo extrato deve identificar a autorização de operação da ANP da instalação objeto do contrato.

Já a Resolução ANP n. 950/2023², que estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos, assim dispõe:

Art. 1º. Ficam estabelecidos os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos e a sua regulamentação.

§ 1º A atividade de distribuição de combustíveis líquidos é considerada de utilidade pública e compreende a aquisição, o armazenamento, a mistura, o transporte, a comercialização e o controle de qualidade de combustíveis líquidos.

[...]

Art. 2º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - base compartilhada: instalação autorizada a operar pela ANP, cuja posse, por aquisição ou arrendamento, seja de mais de um agente autorizado ao exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica;

[...]

V - distribuidor de combustíveis líquidos: pessoa jurídica autorizada pela ANP ao exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos;

²<https://atosoficiais.com.br/anp/resolucao-n-950-2023-regulamenta-a-autorizacao-para-o-exercicio-da-atividade-de-distribuiçao-de-combustiveis-liquidos?origin=instituicao>



VI - estabelecimento administrativo: estabelecimento matriz que não possui instalações de armazenamento, não realizando, dessa forma, movimentação física de combustíveis líquidos, onde será concedida a autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica, nos casos em que a matriz não se localizar em estabelecimento de distribuição de combustíveis líquidos;

VII - estabelecimento de distribuição de combustíveis líquidos: estabelecimento matriz ou filial onde exista instalação de armazenamento e de distribuição de combustíveis líquidos, contrato de cessão de espaço em instalação de armazenamento ou contrato de carregamento em ponto de entrega no produtor de derivados de petróleo ou de biocombustíveis;

[...]

Art. 3º A atividade de distribuição de combustíveis líquidos somente poderá ser exercida por pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras que atender, em caráter permanente, ao disposto nesta Resolução e possuir autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica outorgada pela ANP.

Quanto à autorização do exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da filial, assim dispõe o art. 9º:

Art. 9º Para a autorização do exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da filial, deverão ser encaminhados à ANP os documentos referentes ao estabelecimento, indicados nos incisos I a VI e IX do art. 4º.

§ 1º Caso o distribuidor já possua outra instalação que atenda ao inciso X do art. 4º, além do disposto no caput, deverão ser enviados:

I - a comprovação de instalação de armazenamento e de distribuição de combustíveis líquidos que atenda aos requisitos de obtenção da autorização de operação, conforme Resolução ANP nº 784, de 2019, compatível com o volume a ser comercializado; ou

II - o contrato de cessão de espaço de armazenamento em instalação autorizada pela ANP ou o contrato de carregamento rodoviário, compatível com o volume a ser comercializado, conforme Resolução ANP nº 784, de 2019.



§ 2º No caso de contrato de cessão de espaço, de que trata o inciso II do § 1º, o comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ em nome da cessionária poderá ou não estar no endereço da instalação, devendo, entretanto, estar na mesma Unidade Federativa da instalação cedente.

§ 3º A filial de que trata o caput somente poderá iniciar sua operação após a publicação no DOU da autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da filial.

Observa-se, portanto, que é possível a autorização do exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da filial mediante a apresentação do contrato de cessão de espaço de armazenamento em instalação autorizada pela ANP, na forma do art. 9º, § 1º, inciso II da Resolução ANP n. 950/2023.

Neste ponto, esta assessoria tem dúvidas acerca da possibilidade de que a filial, nesses casos, tenha obrigatoriedade de registro em Conselho Regional de Química (CRQ) e profissional detentor de Registro no Conselho Regional de Química (CRQ) com jurisdição sobre a área em estiver sediada ou domiciliada a licitante, na forma das exigências dos subitens 19.4 e 19.5 do Edital.

Isso porque a ANP, agência responsável por promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, não insere como requisito para a autorização da atividade de distribuição a obrigatoriedade de registro em CRQ, conforme inteligência dos arts. 4º e 9º da Resolução n. 950/2023.

Muito embora a Resolução Normativa n. 122/1990 do Conselho Federal de Química preveja que é obrigatório o registro em Conselho Regional de Química das empresas e suas filiais que tenham atividades relacionadas à Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes (42.3) e Comércio Atacadista de Combustíveis e Lubrificantes (44.3), a jurisprudência aponta no sentido de que é a atividade preponderante que justifica a inscrição em determinado Conselho Profissional, não sendo cabível a exigência de registro em Conselho de Química de empresas que tem como atividade a distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo e álcool:



1485
77 08 24
Delip

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONSELHO PROFISSIONAL. LEI Nº 6.839/1980. **ATIVIDADE BÁSICA DESENVOLVIDA PELA EMPRESA. COMÉRCIO ATACADISTA DE ÁLCOOL CARBURANTE, BIODIESEL E DERIVADOS DE PETRÓLEO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA TERCEIRIZADA PARA ARMAZENAMENTO. AUSÊNCIA DE LABORATÓRIO E DE ANÁLISES QUÍMICAS. INEXIGIBILIDADE DE REGISTRO NO CRQ. SENTENÇA MANTIDA.** 1. A Lei nº 6.839/1980 estabelece que Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.. 2. Conforme consta no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do autor (ID 32688047 fl. 48) sua atividade principal é Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (T.R.R.), e como atividades secundárias 46.81-8-05 - Comércio atacadista de lubrificantes 46.81-8-03 - Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante 46.81-8-04 - Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto 46.82-6-00 - Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP) 46.84-2-01 - Comércio atacadista de resinas e elastômeros 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal -- 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos 50.11-4-01 - Transporte marítimo de cabotagem Carga. 3. Desse modo, observe que a atividade principal realizada pela recorrida não envolve a realização de análises químicas, levando em conta, ainda, que a comprovação de que há contrato com empresa especializada para o armazenamento e, ainda, a ausência de laboratório próprio evidencia a coerência das alegações apresentadas e demonstra a inexigibilidade de registro da autora junto ao CRQ. 4. Nesse sentido: [...] 1. A vinculação da empresa ao Conselho correspondente de fiscalização é determinada pela atividade básica ou preponderante, por isso que raciocínio inverso implicaria multiplicidade de registros, prática legalmente vedada. A empresa que armazena e distribui petróleo através de bombeamento não tem como atividade básica o exercício da profissão da química, a qual é desenvolvida em seu laboratório físico-químico com a finalidade de elaboração de testes da qualidade do produto a ser comercializado no mercado. 2. Trata-se assim de inegável atividade-meio, inapta a caracterizar a atividade-fim. A duplicidade de registro, mercê de vedada, conspira contra a ideologia constitucional da liberdade de vinculação das entidades privadas. 3. O fato de que os químicos que atuam no laboratório da empresa já se encontrarem devidamente inscritos junto ao CRQ é



suficiente para afastar o necessário registro da empresa. 4. Recurso especial conhecido e desprovido.. (REsp 434.926/SC, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/12/2002, DJ 16/12/2002, p. 256) 5. Ante o exposto, nego provimento à apelação. (TRF-1 - AC: 00069654120144013200, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO, Data de Julgamento: 03/08/2021, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: PJe 06/08/2021 PAG PJe 06/08/2021 PAG)

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. ATIVIDADE BÁSICA. **DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS DERIVADOS DE PETRÓLEO E ÁLCOOL. REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - CRQ. DESNECESSIDADE. ANUIDADE. COBRANÇA INDEVIDA. DECADÊNCIA AFASTADA. REPETIÇÃO DO INDEBITO. POSSIBILIDADE.** (6) 1. *A atividade básica exercida pela empresa é o fundamento que torna obrigatória sua inscrição em determinado conselho profissional (art. 1º da Lei n. 6.839/1980).* 2. Na hipótese concreta dos autos, a empresa se dedica à distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo e álcool (fls. 31/37). Assim sendo, a atividade não se enquadra no rol de atividades próprias da área de Química, elencadas no Decreto 85.877/1981 e no art. 335 da CLT, a empresa não se sujeita à inscrição e fiscalização do CRQ. Inexigível da empresa a inscrição e registro junto ao CRQ e a contratação de profissional químico. 3. [...] 4. Apelação não provida. (TRF-1 - AC: 00085745220164013600, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO, Data de Julgamento: 20/08/2019, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: 30/08/2019).

ADMINISTRATIVO - EMPRESA TRANSPORTADORA DE COMBUSTÍVEL - ATIVIDADE BÁSICA OU PREPONDERANTE - **INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA E DE CONTRATAÇÃO DE QUÍMICO - INEXIGIBILIDADE.**

1. Sentença que: a) declarou a inexistência de relação jurídica entre a autora e o Conselho Regional de Química da 3ª Região; b) declarou a nulidade do auto de infração nº 1433 (processo administrativo nº 42.627/04) e a inexigibilidade da multa imposta; c) declarou a desnecessidade de contratação, como empregado, de profissional registrado no CRQ pela Autora para o exercício das atividades privativas de químico, sem prejuízo da exigência legal do art. 27, da Lei nº 2.800/56, que impõe a contratação, por quaisquer meios, de profissional registrado no CRQ para o exercício dessas atividades, [...]



2. É a atividade preponderante da empresa que estabelece a necessidade de seu registro junto ao respectivo conselho profissional. Da análise do contrato social da empresa infere-se que esta tem por objeto o da análise do contrato social da empresa infere-se que esta tem por objeto a distribuição de combustíveis, transporte rodoviário de cargas em geral, comércio a varejo de combustível e lubrificantes para veículos automotores, locação de bens imóveis e importação, e exportação em geral, não exercendo qualquer outra atividade industrial, química ou laboratorial.

3. O critério legal de obrigatoriedade de registro no Conselho Regional de Química é determinado pela natureza dos serviços prestados (artigos 27 da Lei n. 2.800/56, 1º da Lei n. 6.839/80 e 335 da CLT).

4. Empresa transportadora de combustível não é obrigada a apresentar profissional de química habilitado, tampouco a efetuar inscrição no Conselho recorrente, se não mantém laboratório de controle químico e sua atividade não envolve fabricação de produtos químicos ou industriais obtidos por meio de reações químicas dirigidas (artigo 335 da CLT), mas sim o simples transporte de produtos químicos e de combustível de petróleo.

5. Precedentes: STJ, REsp 899.646/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, Primeira Turma, julgado em 01/03/2007, DJ 29/03/2007; REsp 371.465/SC, Relator Ministro FRANCIULLI NETTO, Segunda Turma, julgado em 25/11/2003, DJ 22/03/2004; TRF2, AC nº 200351010153341/ RJ - Rel. Desembargadora Federal SALETE MACCALÓZ - Sétima Turma Especializada - DJU: 19/10/2009; [...] (5ª T. Esp., AC 2006.50.01.000242-8, Des. Fed. Marcus Abraham, E-DJF2R 19/08/2013)

TRIBUTÁRIO. CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. EMPRESA COMERCIALIZADORA DE PRODUTOS DERIVADOS DE PETRÓLEO. DESNECESSIDADE DE RESPONSÁVEL TÉCNICO QUÍMICO E REGISTRO NO CONSELHO PROFISSIONAL. OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO DA ANUIDADE AFASTADA. DECRETO Nº 85.877/81. RESOLUÇÃO Nº 122/90.

1. O fator determinante de registro em conselho profissional é a atividade principal do estabelecimento. O art. 1º da Lei 6.839/80 dispõe que as empresas devem se inscrever nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, em razão da atividade básica exercida ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

2. A Impetrante não exerce atividade básica da área química, não obstante manipular produtos químicos, não se enquadrando em qualquer dispositivo do Decreto nº 85.877/81.



21485
24
19 08
80
Zelip

3. A Resolução nº 122/90, expedida pelo Conselho Federal de Química, que prescreve a obrigatoriedade de registro da indústria que fabrica e mistura combustíveis e lubrificantes, extrapolou os limites de sua atuação, não podendo inovar as regras dispostas na lei, fixando exigências até então inexistentes.

4. A Apelante não é obrigada a apresentar profissional de química habilitado, nem efetuar inscrição no conselho respectivo, eis que a empresa não mantém laboratório de controle químico, e sua atividade não envolve fabricação de produtos químicos ou industriais obtidos por meio de reações químicas dirigidas (artigo 335, da CLT), mas sim envasilhamento e comercialização de derivados de petróleo. Por consequência, não se encontra submetida ao recolhimento da anuidade exigida pelo Conselho Regional de Química. 5. Apelação provida. (TRF-1 - AC: 00038452420004013800, Relator: JUIZ FEDERAL WILSON ALVES DE SOUZA, Data de Julgamento: 25/09/2012, 5ª TURMA SUPLEMENTAR, Data de Publicação: 05/10/2012)

ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. EMPRESA TRANSPORTADORA DE COMBUSTÍVEIS. REGISTRO. CONTRATAÇÃO DE QUÍMICO. DESNECESSIDADE.

1. Não há como exigir-se registro junto ao Conselho Regional de Química de empresas em que a química não configura atividade básica ou atividade pela qual prestam serviços a terceiros, em consonância com o disposto no art. 1º da Lei nº 6.839/80.

2. Por dedicar-se à atividade de Transportador Revendedor Retalhista, não está a autora sujeita à fiscalização do Conselho Regional de Química, tampouco obrigada à contratação de profissional de química para a função de Responsável Técnico, uma vez que não mantém laboratório de controle químico, não realizando qualquer alteração química no combustível que comercializa.

3. Ademais, os documentos constantes dos autos demonstram que a análise e o controle de qualidade do produto comercializado pela autora são feitos pela própria Petrobrás Distribuidora, por meio de Boletins de Conformidade, o que corrobora a assertiva de que a autora não atua dentro do campo privativo do profissional de química. 4. Recurso e remessa necessária improvidos. (7ª T. Esp., APELRE 2005.50.01.006823-0, Des. Fed. Luiz Paulo de Araújo Filho, E-DJF2R 14/06/2011)

O Superior Tribunal de Justiça não destoa desse entendimento:

Handwritten signature



ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXERCÍCIO PROFISSIONAL. CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. REGISTRO. ATIVIDADE BÁSICA DA EMPRESA. PRECEDENTES DO STJ. FISCALIZAÇÃO. DESCABIMENTO. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de ação ajuizada em desfavor do Conselho Regional de Química da IV Região, com o objetivo de que seja declarada a inexigibilidade de registro da empresa autora perante o réu, bem como a anulação da multa aplicada.

III. Nos termos da jurisprudência desta Corte, o registro no conselho profissional está vinculado à atividade básica ou à natureza dos serviços prestados pela empresa. Nesse sentido: STJ, AgInt no REsp 1.537.473/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 04/11/2016; AgRg no REsp 1.152.024/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 11/05/2016; EDcl no AREsp 362.792/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 7/10/2013.

IV. O entendimento firmado pelo Tribunal a quo - no sentido de que não há semelhança entre as atividades disciplinadas pela lei ou pelo decreto para o profissional químico e aquelas desempenhadas pela empresa autora, razão pela qual não se justifica a fiscalização em suas dependências - não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. No mesmo sentido: STJ, REsp 1.773.387/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/03/2019; REsp 1.755.355/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/11/2018. V. Agravo interno improvido (AgInt nos EDcl no AREsp 1342043/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 13/05/2019).

De acordo com o entendimento jurisprudencial sobre o tema, ao que parece, a Resolução Normativa n. 122/1990 do Conselho Federal de Química extrapolou os limites de sua atuação, eis que, s.m.j., a atividade de distribuição de combustíveis líquidos não envolve atividades básicas de natureza química a ser regulada pelo CRQ.



No caso dos autos, de acordo com o Estatuto Social da impugnante anexado às fls. 14/50, a companhia *“tem por objeto social a exploração no ramo de distribuição, os derivados de petróleo e seus correlatos, álcool e outros combustíveis, produtos comercializados em posto de serviços e de insumos relacionados com a indústria do petróleo, sendo que sua sede funcionará como estabelecimento meramente administrativo”* (art. 2º).

Portanto, salvo melhor juízo, pode-se concluir que a empresa impugnante não está sujeita ao registro no CRQ, tampouco à apresentação de profissional de química para a função de Responsável Técnico, uma vez que sua atividade não envolve fabricação de produtos químicos ou industriais obtidos por meio de reações químicas, além de manter contrato de cessão de espaço de armazenamento em instalação autorizada pela ANP, na forma do art. 9º, § 1º, inciso II da Resolução ANP n. 950/2023.

Destarte, ainda que tais exigências sejam mantidas, o que demanda a devida fundamentação, s.m.j., a documentação poderia ser apresentada em nome da cedente, juntamente com o contrato de cessão de espaço de armazenamento em instalação autorizada pela ANP.

No que tange ao conflito aparente de normas no caso em questão, segundo a doutrina, pode ser solucionado através da aplicação de alguns critérios, dentre eles, o cronológico e/ou da especialidade.

O critério cronológico tem por fundamentado o artigo 2º, § 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que regula que norma posterior revoga a anterior: *“A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior”*.

O critério da especialidade, que tem por finalidade evitar o *bis in idem*, prescreve que a norma especial prevalece sobre a geral. Este critério também se encontra no artigo 2º, § 2º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: *“A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior”*.



In casu, tem-se a Resolução n. 950, de 5 de outubro de 2023, expedida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, que “Regulamenta a autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos”, em conflito com a Resolução Normativa nº 122, de 09.11.1990 expedida pelo Conselho Federal de Química, que “Dispõe sobre a ampliação da R.N. nº 105 de 17.09.87, sobre a identificação de empresas cuja atividade básica está na área da Química”.

Salvo melhor juízo, a Resolução ANP 950/2023 é posterior à Resolução CFQ n. 122/1990 e específica para a atividade de distribuição de combustíveis, cuja atividade, em tese, não envolve a fabricação de produtos químicos ou industriais obtidos por meio de reações químicas.

De toda forma, esta assessoria não possui conhecimento técnico para avaliar se, de fato, as atividades desenvolvidas pelas empresas que realizam a distribuição de combustíveis envolvem ou não a fabricação de produtos químicos ou se é necessário que mantenham laboratórios de controle químico e demais exigências relativas à atribuição de fiscalização pelo CRQ que sejam compatíveis com o objeto licitado (aquisição de combustíveis), de modo que justifique as exigências dos subitens 19.4 e 19.5, cuja competência é da Secretaria requisitante.

III - DA CONCLUSÃO

Em face do exposto, apresenta-se as seguintes conclusões:

i) a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) tem a finalidade de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis;

ii) a Resolução ANP n. 960/2023 estabelece, nos arts. 13 a 15, a possibilidade de homologação de contratos de cessão de espaço ou de carregamento rodoviário;



iii) de acordo com Resolução ANP n. 950/2023, que regulamenta a autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos, é possível a autorização do exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da filial mediante a apresentação do contrato de cessão de espaço de armazenamento em instalação autorizada pela ANP, na forma do art. 9º, § 1º, inciso II;

iv) a ANP, agência responsável por promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, não insere como requisito para a autorização da atividade de distribuição a obrigatoriedade de registro em CRQ, conforme inteligência dos arts. 4º e 9º da Resolução n. 950/2023;

v) de acordo com o entendimento jurisprudencial sobre o tema, ao que parece, a Resolução Normativa n. 122/1990 do Conselho Federal de Química extrapolou os limites de sua atuação, eis que, s.m.j., a atividade de distribuição de combustíveis líquidos não envolve atividades básicas de natureza química (fabricação de produtos químicos ou industriais obtidos por meio de reações químicas) a ser regulada pelo CRQ, mas sim atividade regulamentada pela ANP, responsável pela concessão da autorização;

vi) acerca do conflito aparente de normas, a Resolução ANP 950/2023 é posterior e específica para a atividade de distribuição de combustíveis em comparação com a Resolução Normativa n. 122/1990 expedida pelo Conselho Federal de Química, cuja atividade de distribuição de combustíveis, em tese, não envolve a fabricação de produtos químicos ou industriais obtidos por meio de reações químicas;

vii) esta assessoria não possui conhecimento técnico para avaliar se as atividades desenvolvidas pelas empresas que realizam a distribuição de combustíveis envolvem ou não a fabricação de produtos químicos e demais exigências relativas à atribuição de fiscalização pelo CRQ que sejam compatíveis com o objeto licitado (aquisição de combustíveis), de modo que justifique as exigências dos subitens 19.4 e 19.5, cuja competência é da Secretaria requisitante;



viii) ainda que tais exigências sejam mantidas, o que demanda a devida fundamentação, s.m.j., a documentação poderia ser apresentada em nome da cedente, juntamente com contrato de cessão de espaço de armazenamento em instalação autorizada pela ANP, na forma do art. 9º, § 1º, inciso II, da Resolução n. 950/2023.

Por fim, **opina-se pela remessa dos autos à Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados para ciência e manifestação de sua expertise e, após, à Comissão de Pregão I** para ciência e providências cabíveis para a consecução do certame.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo (Lei Municipal n. 4.637/18), restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 13 de agosto de 2024.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico de Processos Administrativos
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matrícula: 62.773

Adriano V. N. da Veiga
Car. Adriano V. N. da Veiga
Coordenador de Processos
Administrativos
Matrícula 63347



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A


SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pésados

do espaço de armazenamento e em instalação autorizada pela ANP na forma do Art. 9º, § 1º, inciso II da Resolução n. 950/2023.

- 3.5.5** Para fins de cumprimento da RESOLUÇÃO NORMATIVA N. 122 de 09 de novembro de 1990, caso a distribuidora se enquadre no subitem 3.5.4, a mesma deverá apresentar, os documentos de qualificação de que trata os subitens 3.5.1, 3.5.2 e 3.5.3 em nome da empresa cedente com quem possui contrato vigente, na forma do Art. 9º, § 1º, inciso II da Resolução n. 950/2023.

Atenciosamente,


Marcio André de Freitas Silva
Gestão de Processos
Mat. 115.190



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO: 21485/24

FLS 87

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Nova Friburgo, 15 de agosto de 2024

Para: Comissão de Pregão

Prezados,

Cumprimentando-os cordialmente, informo que após análise da Douta Procuradoria do Município às fls. 68-85, entendemos por dar provimento a impugnação da empresa FLAGLER COMBUSTIVEIS S/A, adicionando o subitem 3.5 ao Termo de Referência, que passará a constar a seguinte redação:

3.5 DO REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA (CRQ)

- 3.5.1** É obrigatório o registro em Conselho Regional de Química das empresas e suas filiais que tenham atividades relacionadas à Comércio Atacadista de Combustíveis e Lubrificantes; na forma da RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 122 de 09 de novembro de 1990, em seu artigo 1º.
- 3.5.2** A contratada deverá comprovar que possui em seus quadros, profissional detentor(es) de Registro no Conselho Regional de Química (CRQ) com jurisdição sobre a área em estiver sediada ou domiciliada a licitante, o(s) qual(is) seja(m) Responsável(is) Técnico(s) do(s) estabelecimento(s) licitante dotado(s) de instalações para recebimento, armazenamento e fornecimento de combustíveis, conforme definido por Órgão Federal competente, para efeito desta licitação denominado “base de distribuição”.
- 3.5.3** A comprovação de vínculo profissional com a licitante, pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível ainda a contratação de profissional autônomo, desde que o vínculo profissional seja homologado pelo CRQ competente.
- 3.5.4** Caso a Distribuidora vencedora do presente certame, não possua base própria, e opere através de base de propriedade de terceiro, a mesma deverá apresentar contrato de cessão



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 21.485/2024

RUBRICA:  FOLHA: 28

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.093/2024

Processo Licitatório nº: 13.462/2024

Processo de Impugnação nº: 21.485/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO de COMBUSTÍVEIS (gasolina comum e óleo diesel-S10), com oferta de maior desconto na média da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo), com fornecimento de sistema de controle e gestão de abastecimento de toda frota de veículos oficiais, cessão de 2 (dois) tanques "aéreos", um para gasolina comum e outro para diesel s-10 com capacidade mínima de 15.000 LTs cada, com sistema eletrônico para aferição em tempo real do nível de combustível em cada tanque, que atuará como controle de entrada no descarregamento via caminhão-tanque, 2 (duas) bombas de abastecimento do tipo digital, com 2 (dois) bicos cada (gasolina e diesel), além das instalações básicas exigidas pelas normas regulamentadoras e trabalhistas vigentes, para atender às necessidades das Secretarias Municipais, pelo período de 01 (ano).

IMPUGNANTE: FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.093/2024.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 669, de 03 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 03 de janeiro de 2024, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em síntese, alega a impugnante que a exigência de que as empresas e suas filiais que tenham atividades relacionadas a Comércio Atacadista de Combustíveis e Lubrificantes tenham registro no Conselho Regional de Química (CRQ), bem como a comprovação de possuir em seus quadros profissional detentor de registro em Conselho Regional de Química (CRQ) com jurisdição sobre a área em que estiver sediada ou domiciliada a licitante, conforme itens 19.4 e 19.5 do Edital, atentaria contra os princípios da competitividade, da economicidade, da proporcionalidade e do interesse público.

Considerando que a FLAGLER opera regulamente, mediante autorização da ANP, utilizando-se de base de terceiro e, desse modo, não possui laboratório ou profissionais de química no Estado do Rio de Janeiro, seria incabível que fosse obrigada a apresentar os documentos requeridos pelo edital em referência.

Ademais, tais exigências implicariam em uma restrição na participação do certame, além de gerar um ônus desnecessário à empresa licitante, contrariando a SÚMULA Nº 272/2012 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, a qual veda a inclusão no edital de licitação de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

Comissão de Pregão I


III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

A fim de garantir o caráter equânime e competitivo da licitação, a aplicação dos princípios da legalidade e da justa competição, bem como evitar restrições à participação de potenciais fornecedores, requer a alteração dos itens 19.5 e 19.4 do Edital para que seja incluída a possibilidade a apresentação de documentos de qualificação (Registro da empresa licitante e suas filiais em Conselho Regional de Química - CRQ, bem como a comprovação de que possua em seus quadros profissional detentor de registro no Conselho Regional de Química - CRQ) em nome da empresa cedente, nos casos em que a licitante opere mediante Contratos de Cessão de Espaço homologados pela ANP.

IV. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, subsidiado pelo parecer da Procuradoria Geral do Município (fls. 68 a 85) e do setor técnico requisitante (fls. 86 e 87), sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.093/2024, e no mérito, DOU PROVIMENTO.

Nova Friburgo, 19 de agosto de 2024.



LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro- Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934